



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ZOOTECNIA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

JUDITE CIDADE DE QUEIROZ

**SÍNDROME DE BURNOUT: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS
CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE COM OS PROFESSORES DA
ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS NO MUNICÍPIO DE
PARINTINS**

PARINTINS – AM

2023

JUDITE CIDADE DE QUEIROZ

**SÍNDROME DE BURNOUT: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS
CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE COM OS PROFESSORES DA
ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS NO MUNICÍPIO DE
PARINTINS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Serviço Social do Instituto de ciências sociais, educação e zootecnia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

ORIENTADORA: PROF.^a. MS. KEURYANNE GUERREIRO DOS REIS.

PARINTINS – AM

2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Queiroz, Judite Cidade
Q3s Síndrome de Burnout : Um Estudo de Caso Sobre as Condições de Trabalho e Saúde com os Professores da Escola Municipal São Francisco de Assis no Município de Parintins / Judite Cidade Queiroz . 2023
69 f.: 31 cm.

Orientador: Keuryanne Guerreiro dos Reis
TCC de Graduação (Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Condições de Trabalho. 2. Saude Mental. 3. Educação. 4. Professores. 5. Síndrome de Burnout. I. Reis, Keuryanne Guerreiro dos. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

JUDITE CIDADE DE QUEIROZ

**SINDROME DE BURNOUT: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS
CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE COM OS PROFESSORES DA
ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS NO MUNICÍPIO DE
PARINTINS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Bacharelado em
serviço social da Universidade Federal do
Amazonas (UFAM) como requisito parcial
para obtenção do grau de bacharel em
serviço social.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 01/11/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ma. Keuryanne Guerreiro dos Reis - UFAM
Orientadora

Prof. Me. André Reis Acauã - UFAM
Avaliador

Prof. Dr. Adelson da Costa Fernando - UFAM
Avaliador

Primeiramente, à Deus, por me conduzir neste trabalho iluminando a minha mente. Ao meu filho amado por todo carinho e paciência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder direcionamento e sabedoria! por ter me amparado nos momentos mais difíceis, mais Deus em sua infinita bondade me estendeu as mãos e me fez chegar até aqui.

Agradeço ao meu filho amado Luiz Otavio Queiroz, por todo carinho e amor! minha inspiração para nunca deixar de lutar. Grata infinitamente por cada abraço caloroso nos meus momentos de estudo, filho.

A amiga Francielen Alves, você foi maravilhosa, você é uma ótima profissional!
A minha orientadora professora Ms. Keurianny Guerreiro dos Reis, por toda paciência e por cada orientação.

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM), por proporcionar as evoluções em minha vida, e por todos os professores incríveis do curso de serviço social!
Toda minha gratidão.

Postura amorosa e acolhedora para com os estudantes, faz toda a diferença; gera amorosidades; desperta neles a segurança, a firmeza no trabalho do professor, a confiança de que o docente precisa para alcançar grandes objetivos pedagógicos. E para tanto, a saúde mental, física e emocional do educador é fundamental (Gilson franco, 2020)

RESUMO

Abordar a síndrome do esgotamento físico e mental em docentes é uma realidade importante que deve ser debatido na sociedade e comunidade científica, pois o mundo do trabalho e sua dinâmica tem refletido significativamente no campo da saúde mental dos trabalhadores. Este estudo se configurou em analisar as condições de trabalho, bem como seus efeitos sobre a saúde mental dos professores pertencentes ao quadro de docentes da Escola Municipal São Francisco de Assis, situada em Parintins, Amazonas. Para isso, utilizou-se o método de materialismo histórico-dialético, a partir de pesquisas bibliográficas e de campo, envolvendo entrevistas semiestruturada. Deste modo, foi possível desvelar que os professores apresentam uma grande exaustão mental e física, devido as sobrecargas no ambiente laboral. É importante trazer à tona as condições de trabalho dos professores relacionada no sistema neoliberal, onde o professor como trabalhador não é valorizado, e sim a sua eficiência e a sua produtividade no mercado educacional. Contudo, espera-se que este estudo possa contribuir para a literatura e posteriores pesquisas que envolvem a temática abordada.

Palavra-chave: Condições de Trabalho, Saúde Mental, Educação

ABSTRACT

Addressing the syndrome of physical and mental exhaustion in teachers is an important reality that must be debated in society and the scientific community, as the world of work and its dynamics have significantly impacted the field of workers' mental health. This study aimed to analyze working conditions, as well as their effects on the mental health of teachers belonging to the teaching staff of Escola Municipal São Francisco de Assis, located in Parintins, Amazonas. For this, the method of historical-dialectical materialism was used, based on bibliographical and field research, involving semi-structured interviews. In this way, it was possible to reveal that teachers experience great mental and physical exhaustion, due to overload in the work environment. It is important to bring to light the working conditions of teachers related to the neoliberal system, where the teacher as a worker is not valued, but rather their efficiency and productivity in the educational market. However, it is hoped that this study can contribute to the literature and subsequent research involving the topic addressed.

Keyword: Working Conditions, Mental Health, Education

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Perfil dos Professores da Escola São Francisco de Assis.....	39
Quadro 2. Categorias de consequências e sintomas relacionadas ao Burnout	50
Quadro 3. Facilidades no trabalho docente em entrevista aos professores da Escola São Francisco de Assis	57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I – METODOLOGIA DA PESQUISA.....	13
1.2 Público-alvo.....	14
1.3 Coleta de dados	14
1.4 As entrevistas.....	14
1.5 Análise dos dados	15
CAPÍTULO II: DAS POLÍTICAS PÚBLICAS À EXAUSTÃO PROFISSIONAL: UM ENFOQUE TEÓRICO NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES E NA SÍNDROME DE BURNOUT.....	16
2.1 A Política Pública de Educação	16
2.2 O Trabalho Docente.....	23
2.2.1 A Síndrome de burnout como consequência das condições do trabalho do docente	27
CAPÍTULO III - SINDROME DE BURNOUT: O TRABALHO DOCENTE E O PROCESSO DE ADOECIMENTO DO PROFESSOR.....	37
3.1 Os Entrevistados: Demandas Emocionais e Psicológicas.....	38
3.1.1 Para além da sala de aula: o mundo dos professores	39
3.2 O Trabalho Docente na Escola São Francisco de Assis	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE I.....	69

INTRODUÇÃO

Abordar a Síndrome de Burnout ou síndrome do esgotamento físico e mental em profissionais da educação no Brasil é uma realidade posta extremamente importante que deve ser debatido tanto na sociedade quanto na comunidade científica.

Esta síndrome necessita de um olhar atento para sua prevenção, pois, em janeiro de 2022 ela passou a ser considerada como doença ocupacional, após a sua inclusão na Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS) (Cavallini, 2022).

O Burnout se caracteriza pelos elevados sintomas emocionais, causados por reações de estresse excessivo relacionados ao ambiente de trabalho de diferentes áreas. Segundo o Ministério da Saúde (2023), ela também pode surgir quando um profissional é encarregado de alcançar objetivos de trabalho extremamente desafiadores, levando-o a sentir que, por diversas razões, não possui habilidades suficientes para atingi-los. Esse quadro pode evoluir para uma profunda depressão, tornando crucial buscar ajuda de um profissional assim que os primeiros sintomas se manifestarem.

A categoria dos professores é uma das mais investigadas devido o contato em maior quantidade com o público diariamente e a sobrecarga de atividades desenvolvidas.

De acordo com Souza (2007), diversas investigações, em período de dois anos, financiados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, envolvendo cerca de 52 mil educadores, de 1.440 instituições educacionais, dos 27 Estados brasileiros, revelou que cerca de 48% dos professores pesquisados sofriam da Síndrome de Burnout. O que demonstra as precárias condições de trabalho que os professores estão expostos.

Batista et al, (2010) expressa que os professores, frequentemente assumem diversas responsabilidades e desempenham papéis muitas vezes contraditórios, como fornecer instrução acadêmica, manter a disciplina na sala de aula e lidar com as dimensões sociais e emocionais dos alunos. Além disso, enfrentam conflitos decorrentes das expectativas de pais, estudantes,

administradores escolares e comunidade, bem como a pressão do sistema educacional (Batista et al., 2010).

O interesse por essa pesquisa surgiu a partir da experiência no campo de estágio na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), no Município de Parintins/Amazonas. Onde, ao observar à grande demanda de alunos com problemas familiares e pessoais, foi possível identificar que professores (as), na maioria das vezes são os únicos intermediadores que passam confiança aos estudantes, fazendo com que eles recorram ao educador para manifestarem o que sentem. Este profissional por sua vez, se envolve direta e indiretamente com as diversas problemáticas de seus alunos sobrecarregando seu trabalho pedagógico.

Neste contexto, torna-se importante a realização de um estudo acerca da relação da Síndrome de Burnout em professores da rede pública de ensino municipal da cidade de Parintins. O estudo atentou-se em trabalhar apenas com uma escola municipal (Escola Municipal São Francisco de Assis) no intuito de especificar as informações e resultar em dados mais assertivos.

Para tanto, para desvelar as principais lacunas e processos presentes dentro dessa realidade, surge as seguintes questões norteadoras que direcionam este estudo: Quais são as condições de trabalho dos professores da escola municipal São Francisco de Assis? Essas condições, podem impactar na saúde mental desses profissionais? Quais as principais contribuições do serviço social na educação no Brasil?

Diante disso, o objetivo geral deste estudo é analisar as condições de trabalho, bem como seus efeitos sobre a saúde mental dos professores pertencentes ao quadro de docentes da Escola Municipal São Francisco de Assis, situada em Parintins, Amazonas. Este estudo visa compreender de que forma essas condições laborais influenciam a saúde mental dos professores e investigar os potenciais contribuições das intervenções fornecidas pelo serviço social dentro desse contexto.

Os objetivos específicos do estudo almejam: elaborar um perfil psicossocial dos professores que atuam na Escola Municipal São Francisco de Assis; investigar as demandas emocionais e psicológicas enfrentadas pelos professores devido às condições de trabalho na Escola Municipal São

Francisco de Assis, em Parintins/Amazonas e; discorrer sobre as condições de trabalho dos professores da escola.

Esta pesquisa trata-se de um aspecto social que se define como uma pesquisa que traça o caminho para se chegar a um determinado fim, através de procedimentos intelectuais e técnicas adotadas para se atingir o conhecimento (Gil, 2008).

Para a abordagem do objeto de estudo em suas múltiplas facetas, proporemos a abordagem qualitativa por envolver um público pequeno, permitindo o aprofundamento de forma intensa nas análises de suas falas e percepções, levando em consideração a complexidade humana em seus diversos aspectos (Martinelli, 1999).

Neste sentido este estudo terá como método de pesquisa o materialismo histórico-dialético como principal subsídio para a compreensão e análise da realidade. De acordo com Neto (2011), este método considera que a realidade é constituída por essência e aparência, sendo necessário ao investigador se acomodar de instrumentos e categorias que permitam o desvelamento do real em suas múltiplas determinações, observando o espaço e tempo em seu caráter histórico e processual ou seja, o objeto de investigação não é dado, mas construído a partir de aproximações sucessiva.

Em relação as técnicas e instrumentais usou-se a entrevista semiestruturada, que se utiliza de um roteiro de perguntas abertas. As entrevistas foram executadas de acordo com o consentimento dos entrevistados. Durante esse processo, utilizou-se o gravador de voz para armazenamento das informações e por seguinte ocorreu as transcrições do material e análise das informações.

O trabalho divide-se em três capítulos. O primeiro aborda a metodologia da pesquisa, bem como uma descrição do *lócus* da pesquisa, e dos participantes, os procedimentos de coleta de dados.

O segundo capítulo aborda o contexto histórico e atual da política pública educacional, bem como as contribuições da LDB e as atribuições ao professor como trabalhador e mediador central da política educacional, e as principais contribuições do serviço social na política educacional no Brasil. Também são

abordadas questões essenciais acerca da Síndrome de Burnout em relação ao trabalho docente.

E por último, no terceiro capítulo é abordado a discussão dos resultados encontrados durante na pesquisa. Nele, são delimitados o perfil dos professores participantes do estudo, bem como a discussão da incidência ou não da Síndrome de Burnout nestes profissionais e as intervenções e medidas que estão sendo adotadas pelo serviço social nas escolas de Parintins.

Desse modo, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para os debates acerca da Síndrome de Burnout e demais outras consequências que podem surgir das condições de trabalho dos docentes da rede pública de ensino do município. Além de fornecer dados importantes para a literatura.

CAPÍTULO I – METODOLOGIA DA PESQUISA

Este estudo se apresenta na forma estudo de caso, que visa estudar um ou mais objetos específicos para que se tenha o máximo de conhecimento acerca dos fenômenos abordados (Gil, 2002). Dessa forma, o método se configura a partir do materialismo histórico-dialético, apresentado por Marx, como principal subsídio para a compreensão e análise da realidade.

De acordo com Neto (2011), este método considera que a realidade é constituída por essência e aparência, sendo necessário ao investigador se acomodar de instrumentos e categorias que permitam o desvelamento do real em suas múltiplas determinações, observando o espaço e tempo em seu caráter histórico e processual ou seja, o objeto de investigação não é dado, mas construído a partir de aproximações sucessivas.

1.1 Tipo de pesquisa

Diante de seus objetivos, este estudo se apresenta como exploratório. Para Gil (2007) a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior conhecimento sobre o problema da pesquisa, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições (Gil, 2007).

Em relação a abordagem, a pesquisa se caracteriza como qualitativa. Segundo Gil (2007), a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. Já, para Martinelli (1999) a pesquisa qualitativa, por envolver um público pequeno, permite o aprofundamento de forma intensa nas análises de suas falas e percepções, levando em consideração a complexidade humana em seus diversos aspectos.

Para a execução do estudo, foi necessário realizar, primeiramente uma pesquisa bibliográfica em bases de dados e periódicos, tais como artigos, trabalhos de conclusões, dissertações, teses e livros. Além de pesquisas realizadas em sites governamentais e portais de notícias.

A pesquisa documental foi feita através da busca por documentos oficiais como legislações brasileiras vigentes.

Por meio da pesquisa bibliográfica e documental, foi possível fundamentar teoricamente este estudo. Sendo utilizados autores clássicos do serviço social e áreas afins.

1.2 Público-alvo

A segunda etapa foi realizada no lócus da pesquisa, identificado como a Escola Municipal São Francisco de Assis, localizada na cidade de Parintins (AM), que atualmente atende aos anos finais e iniciais do ensino fundamental.

A pesquisa tem como sujeito sete (7) professores inclusos a atual gestora da escola e professores que atuam na Escola São Francisco de Assis.

1.3 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada a partir da entrevista semiestruturada, com uso de um roteiro orientativo de 10 perguntas abertas, que se encontra em anexo (I). O roteiro serve para coletar as informações básicas e auxiliar o pesquisador a se organizar para o processo de interação com o informante de perguntas formuladas (Manzini, 2003).

A entrevista foi gravada, a partir do consentimento dos professores o que permitiu o processo de transcrição dos dados posteriormente.

1.4 As entrevistas

Para se chegar na coleta de dados, inicialmente foi feito o contato com gestão da aula no dia 22 de agosto de 2023 para solicitar a colaboração para esta pesquisa, juntamente com o ofício de solicitação para coleta de dados de campo.

A escola consentiu a pesquisa e marcou para realizá-la no dia 23 de agosto de 2023, com duração de 02 dias em horários da manhã e tarde. Durante as entrevistas não se teve objeções de nenhum professor presente e todos consentiram durante a gravação o uso de suas falas como colaboração para a pesquisa.

Pela manhã no dia 23 de agosto foram entrevistados 03 professores que estavam em seu horário de HTP¹. A quarta professora foi entrevistada a tarde deste mesmo dia.

No dia 24 de agosto as entrevistas foram realizadas com o restante dos professores, no turno vespertino, no horário de educação física, pois é neste horário que os professores tinham tempo para uma pausa devido não ter horário de HTP.

1.5 Análise dos dados

A análise dos dados coletados, ou seja, das falas derivadas das entrevistas com os professores foi realizada pós a transcrição dos dados. Posteriormente foi realizada uma triangulação dos dados com os argumentos teóricos de autores da literatura. Esta metodologia foi abordada de acordo com Sobriano (2004). Para o autor, deve ser feita a apreciação e interpretações dos dados coletados em campo sob a luz do referencial teórico metodológico sobre a abordagem proposta, para assim debelar o real em suas múltiplas facetas, para que os relatos e observações coletadas sejam analisados a partir de sua existência no real e compreendido como problemática decorrente.

¹ Horas de Trabalho Pedagógico.

CAPÍTULO II: DAS POLÍTICAS PÚBLICAS À EXAUSTÃO PROFISSIONAL: UM ENFOQUE TEÓRICO NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES E NA SÍNDROME DE BURNOUT

Neste capítulo será abordado contextos da política educacional no Brasil e apontamentos sobre a Síndrome de Burnout e a incidência na classe docente, bem como as principais contribuições do serviço social na educação por meio do seu papel interventivo, técnico-operativo e teórico metodológico, contribuindo acerca de suas atribuições para a garantia de direitos sociais da classe.

2.1 A Política Pública de Educação

Antes de adentrarmos para as discussões acerca das políticas públicas educacionais, devemos ter em mente uma noção sobre as definições das políticas públicas. Pois, quando se trata desta temática, não há uma definição pronta e acabada, ela depende de alguns fatores como metas, definição de prioridades, orçamento disponível e meios de execução (Nunes, 2020)

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Para Dye (1984) ela é vista como o que o governo escolhe fazer ou não fazer. Autores atuais como Jannuzzi (2023) abordam que as políticas públicas são medidas criadas pelos governos para garantir direitos, assistência ou prestação de serviços à população, com o objetivo de assegurar que os cidadãos tenham acesso aos direitos garantidos pela lei.

Mastrodi e Ifanger (2020) expressam que o conceito de políticas públicas não se limita à promoção ou proteção de direitos, mas abrange todas as áreas em que o Estado atua, como saúde, educação, segurança, meio ambiente, entre outras. Desse modo, entende-se que as Políticas públicas são ações e decisões tomadas pelo Estado para atender às demandas da sociedade e promover o bem-estar social.

Conforme destacado por Giusto e Ribeiro (2019), a implementação de políticas públicas é uma fase crucial no ciclo político, na qual os agentes

implementadores desempenham um papel central na oferta de serviços públicos de acordo com as diretrizes estabelecidas.

É fundamental compreender que essa etapa não se limita à mera execução lógica das diretrizes, mas é um processo complexo permeado por interações propositadas, influenciado por uma série de fatores, tais como contextos variados, condições de trabalho, padrões de interação entre os agentes implementadores, níveis de discricionariedade desses atores, interpretações multifacetadas resultantes dos processos de comunicação e treinamento, bem como pelas crenças e valores pessoais desses agentes, todos desempenhando um papel na configuração da implementação das políticas públicas (Giusto; Ribeiro, 2019). Portanto, são direitos assegurados na Constituição Federal de 1988.

Para Assunção et al. (2015), as políticas públicas têm o potencial de serem utilizadas na resolução de problemas e na melhoria da prestação de serviços essenciais à sociedade. Ou seja, o estado é responsável pela sua criação visando a melhoria e garantia de direitos dos civis de uma sociedade.

Em relação a política de educação brasileira, Lima e Nunes (2018) discorre que esta destaca-se pelo enfrentamento das condições da sociedade capitalista. Sabe-se que a Constituição Federal de 1988 trouxe a constitucionalização e o livre poder de exercer a cidadania para o povo brasileiro. Instituiu a democracia e novos direitos trabalhistas, sociais, e políticos, onde, os trabalhadores brasileiros começaram a usufruir de benefícios ofertados pelo governo, como por exemplo, assistência social, saúde, educação, entre outros (Pereira, 2019).

Nascimento et al. (2023), discorre que o marco mais importante para uma reflexão sobre a qualidade que se espera para a educação básica iniciou-se com a CF, que garantiu a educação como um direito fundamental. Diante disso, é expresso no artigo 205.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Constituição Federal, 1988, Art. 205).

O trecho da CF destaca a educação como um direito de todos e uma responsabilidade compartilhada entre o Estado, a família e a sociedade. Ele enfatiza que a educação não é apenas sobre adquirir conhecimento, mas

também promover o pleno desenvolvimento das pessoas, prepará-las para serem cidadãs ativas e qualificá-las para o mercado de trabalho. Isso reflete o entendimento de que a educação desempenha um papel essencial na formação dos indivíduos, capacitando-os não apenas intelectualmente, mas também social e eticamente, para que possam contribuir para uma sociedade mais justa e produtiva.

Assim, pode-se afirmar que a Constituição exerceu um papel regulador na educação do país, com o objetivo de promover o avanço do sistema educacional como um todo e, sobretudo, o desenvolvimento pessoal, e isso se deu com o apoio e engajamento da sociedade, apesar de ser uma responsabilidade tanto do Estado quanto da família (Pereira, 2019).

No entanto, é crucial lembrar, conforme destacado por Abrantes (2018 *apud* Pereira, 2019) que esse período foi influenciado pelo neoliberalismo, uma doutrina econômica que orienta políticas baseadas no capitalismo. O país, nesse contexto, intensificou a mercantilização, inclusive na esfera educacional, priorizando os interesses do capital. Esse enfoque culminou na desestruturação das garantias dos direitos sociais devido à busca pela expansão do capital em escala global.

Nesse cenário, organismos internacionais passaram a desempenhar um papel significativo no sistema educacional, moldando a formação dos indivíduos para o mercado de trabalho, com uma orientação predominantemente tecnocrática. A educação, então, passou a ser utilizada como um instrumento para perpetuar o neoliberalismo, que promove a organização social baseada na livre iniciativa do mercado (Barbosa, 2015).

Na década de 1990 houve uma abertura do setor educacional, em especial no ensino médio para a exploração privada que se deu devido a expansão do capital nos mercados, resultando em um processo de avanço dos interesses privados na área educacional (Pereira, 2019).

O setor educacional constitui-se como mais um ramo para a exploração capitalista, tida como uma possibilidade de alívio da pobreza e desenvolvimento para os países subdesenvolvidos (Pereira, 2019). Nessa conjuntura de 1990, faz-se necessário lembrar a aprovação da nova LDB, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, como marco da descentralização

administrativa do sistema e da autonomia da escola e que reafirma o direito à educação no Brasil (Pereira, 2019).

As Diretrizes deveriam funcionar para criar um parâmetro educacional que favorecesse e coordenasse o ensino desses docentes. Ela visa a regulamentação do sistema educacional público e privado do Brasil desde a educação básica ao ensino superior e ampara a profissão docente dentro da legislação brasileira, conforme consta-se no artigo 67:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: I – Ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; III – piso salarial profissional; IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho; V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; VI – condições adequadas de trabalho. (Brasil, 1996, Art. 67).

Entretanto, percebe-se que o previsto no artigo não se efetiva de fato na realidade da prática docente atual, no que se refere as condições adequadas de trabalho e sua valorização. A exemplo, temos a greve dos professores da rede de ensino vinculada ao estado do Amazonas, que ocorreu em 2023.

De acordo com Carlos (2023) muitos professores apoiam a realização de greve geral na busca de contemplar condições dignas de trabalho que realizam todos os dias, valorização e direitos enquanto classe trabalhadora, porém o sistema de educação por ser repressivo tenta-os punir descontando de seus salários os dias que faltaram em sala de aula.

Em outro momento a LDB também descreve as atribuições dos docentes em seu Art.13:

Os docentes incumbir-se-ão de: I - Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II - Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; III - zelar pela aprendizagem dos alunos; IV - Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; V - Ministras os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; VI - Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (Brasil, 1996, Art. 13).

Portanto, essas atribuições fazem do docente um profissional responsável em quesito ensino-aprendizagem dos alunos. No entanto, Reis

(2014) afirma que historicamente, as condições de trabalho dos trabalhadores docentes no Brasil vêm sendo marcadas pela precariedade, deterioração física das escolas, baixos salários, aumento de carga de trabalho, dentre outros fatores.

Em relação ao acúmulo de funções pode, muitas vezes, levar os docentes a desenvolverem problemas de saúde física e mental, como a Síndrome de Burnout. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a profissão docente é uma profissão de alto risco, sendo a segunda categoria que mais apresenta doenças de cunho ocupacional (Souza; Leite, 2011).

O trabalho de vários professores não acaba nas horas em sala de aula com os alunos. São várias as responsabilidades e obrigações que o professor tem dentro e fora da sala de aula, o excesso de trabalho, planejamento das aulas, preparação de reuniões pedagógicas, reuniões com os pais, eventos culturais do calendário anual escolar, elaboração e correções de provas, entre outras preocupações que os professores têm que se preocupar. Com tantos deveres e prazo para os professores cumprirem e executar, vai provocando desgaste, exaustão e até chegar ao adoecimento (Souza, 2020, p.15).

São inúmeros problemas vivenciados pela classe dos professores, é preciso, portanto, que sejam elaboradas novas políticas públicas para que esse cenário de desvalorização da classe docente mude, viabilizar políticas que realmente visem a garantia de melhores condições de trabalho e que não permaneçam apenas em forma de lei, e sejam cumpridas.

Neste entendimento, segundo Barbosa (2016) a educação como política é um espaço que vislumbra o desenvolvimento do projeto ético político do serviço social, vislumbrando a cidadania e a melhoria na política de educação, no que se refere aos direitos dos professores e alunos, ao atendimento de seus problemas sociais e familiares.

De acordo com Pereira (2014) nos últimos anos a educação passou por diversas reformas e mudanças em todos os seus âmbitos, obteve vários avanços no que diz respeito a criação de leis que garantissem a orientação dos processos educacionais, programas, planos e diretrizes e visassem a melhoria e qualidade da educação. Porém, o autor destaca que um dos sérios problemas na prática docente é a questão salarial, com um piso que não atende as atividades profissionais do educador, já que muitos necessitam trabalhar em várias escolas para suprir a demanda financeira pessoal, que

acaba sendo insuficiente devido a intensificação na sobrecarga de trabalho (Pereira, 2014).

Para Reis (2014), essa intensificação na sobrecarga de trabalho nos professores nas últimas décadas, está diretamente ligada ao cumprimento de outras responsabilidades além de suas funções fixadas, podendo desenvolver problemas relacionados a fala, ansiedade, depressão e estresse pelo jogo de intensificação, flexibilização e precarização das condições de trabalho.

Em Parintins, segundo Weil et al. (2017) verificou-se que as exigências impostas aos docentes causaram uma série de consequências às suas condições subjetivas, principalmente na saúde, pois, a sua condição salarial não permite acompanhamento médico adequado que lhe proporcione melhor qualidade de vida. As exigências por parte do poder público não condizem com as condições de trabalho proporcionadas aos professores, uma vez que estes convivem diariamente com a ausência de recursos didáticos e necessitam criar estratégias para o desenvolvimento de suas atividades em sala de aula (Weil et al., 2017).

Diante das políticas públicas de educação e as exigências na qualidade dos serviços prestados, deve-se fazer uma breve explanação sobre os três planos que regem a gestão educacional nos âmbitos nacional, estadual e municipal. O Governo Federal buscou aprimorar a qualidade da educação no Brasil por meio da criação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014, com vigência de 10 anos. No âmbito do PNE, foram definidas vinte metas educacionais a serem alcançadas durante esse período. A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, sancionada pelo Congresso Nacional e pela Presidência da República, estabelece as diretrizes que orientam essas metas, bem como suas estratégias, e inclui o anexo que detalha cada uma dessas metas.

Art. 2º São diretrizes do PNE: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos

princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PNE, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas. Art. 4º As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ter como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, o censo demográfico e os censos nacionais da educação básica e superior mais atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei (Brasil, 2014).

No contexto do PNE, encontram-se diretrizes e metas que têm um impacto significativo na vida dos professores, refletindo benefícios palpáveis em sua profissão e nas condições de trabalho. Ele estabelece diretrizes que não só buscam aprimorar a qualidade da educação, mas também valorizar a carreira dos professores, proporcionando-lhes melhores condições de trabalho e um papel mais significativo na sociedade como um todo.

Diante disso, o estado e os municípios devem elaborar e aprovar seus planos específicos legais visando melhorias na educação, estabelecendo suas políticas, metas e estratégia diante das demandas e das necessidades dentro de sua realidade local, atentos ao que rege o plano nacional.

Em relação ao Plano Estadual de Educação (PEE) do Amazonas, o mais recente foi aprovado no dia 26 de junho de 2015 e traça vinte e duas (22) metas e suas estratégias específicas, com validade de dez (10) anos, até 2025. Assim como o PNE, que visam promover avanços significativos de acordo com as necessidades do estado nos três níveis, educação básica, ensino médio e educação superior em instituições públicas e privadas, sendo estas metas alinhadas ao que se propõe no PNE.

Segundo consta no site oficial do PNE (2015) o debate e a votação tiveram acompanhamento dos secretários de educação, professores e gestores escolares, estudantes e os líderes dos movimentos sociais e participação de outras instituições, como o fórum estadual de educação (FEE) instância representativa de 41 instituições educacionais. Um dos pontos que gerou mais polemica foi a inserção do debate de gênero trocado pela expressão respeito a diversidade. Nesse PNE foram adicionadas 22 ementas ao texto original. Ainda de acordo com o PNE (2015), a secretária de educação permanecerá realizando as ações visando a melhoria da educação desde o ensino infantil, fundamental, ensino médio, educação especial, educação de jovens e adultos

(EJA), ensino superior e profissionalizante, ensino indígena e demais outros segmentos.

No âmbito municipal, temos o Plano Municipal de Educação (PME) do município de Parintins, elaborado em 2015, a partir da Lei 615/2015. Podemos considerar como um documento bem elaborado, fundamentado e principalmente que suas estratégias estão atentas na realidade e problemas locais. O PME dispõe em seu artigo 2º as diretrizes que norteiam as metas estabelecidas.

I-Eradicação do analfabetismo; II- Universalização do atendimento escolar; III- Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV- Melhoria na qualidade da educação; V- Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI- Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII- Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do município; VIII- Estabelecimento de metas de aplicação de recursos públicos em educação, que assegure atendimentos as necessidades da expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX- Valorização dos (as) profissionais da educação; X- Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, a diversidade e a sustentabilidade socioambiental (Parintins, 2015).

Em resumo, o PME oferece oportunidades para valorizar os professores, melhorar a qualidade da educação e promover uma gestão democrática, mas também impõe desafios que requerem adaptação, criatividade e apoio para serem superados de forma eficaz.

Essas metas conforme constam na lei deverão ser cumpridas durante o prazo de vigência deste plano municipal. Desta forma para a garantia de tal cumprimento, são monitoradas pelos órgãos da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), Conselho Municipal de Educação (CME) e o Fórum municipal de educação (Parintins, 2015). Portanto, a SEMED é o responsável pela fiscalização do cumprimento do artigo 2º tem por obrigação publicar estudos que possam comprovar a evolução no cumprimento das metas estabelecidas.

2.2 O Trabalho Docente

O trabalho, como transformador, modifica não apenas o mundo, mas o homem que o executa. Assim, o homem se reconhece em seu trabalho e se orgulha daquilo que construiu, se orgulha do fruto do seu trabalho e transforma-

se nesse processo, enriquecendo-se de conhecimentos, experiências e habilidades.

Para Antunes (2000) o trabalho:

“[...] É, portanto, resultado de um pôr teleológico que (previamente) o ser social tem ideado em sua consciência, fenômeno este que não está essencialmente presente no ser biológico dos animais”. [...] Sendo o trabalho a categoria originária, onde os nexos entre causalidade e teleologia se desenvolvem de modo substancialmente novo”. (ANTUNES, 2000, p.136).

Na definição do autor, o trabalho se diferencia das atividades dos animais devido à presença de uma dimensão teleológica, ou seja, um propósito previamente concebido pelo ser humano. Ele argumenta que o trabalho é a categoria originária que desempenha um papel central na sociedade, e é onde os nexos entre causalidade e teleologia se desenvolvem de forma complexa e consciente, distanciando-se do comportamento puramente instintivo dos animais. Logo, a capacidade de socializar é dada ao homem, diferentemente dos animais, desse modo, tendo uma racionalidade particular se evoluindo na sociedade.

Esses marcos visivelmente apresentam uma indissociabilidade entre a natureza e o homem, segundo Marx (2008) a natureza e os seres humanos se integram, significando uma evolução dialética. Já, para Freud (1997) o trabalho visa desempenhar um importante papel na vida das pessoas, inclusive como identidade do sujeito e na inserção social das mesmas pessoas, porém, existem ocupações humanas que, por sua natureza, são mais atingidas pelo estresse e entre estas está a docência.

Para Marx (1985), a força de trabalho é comprada pelo capitalismo para a valorização do seu próprio capital, produzindo mercadorias e extraíndo a mais – valia, ou seja, o professor por ser proletarizado desenvolve o trabalho além de suas funções na qual não são pagos, mesmo ocorrido o aumento de salários, isso ocasiona apenas na diminuição quantitativa do trabalho não pago que o professor tem que realizar. A produção da mais valia é a lei absoluta do modo de produção capitalista (Marx, 1985).

Esse sistema denominado capitalismo se utiliza dessas possibilidades para formular alterações ao seu favor, sendo possuidor dos meios de trabalho dentro de suas articulações, e essas características marcam a submissão e a

alienação, pois o professor enquanto trabalhador passa a ser mecanismo do capital (Lessa 2007).

E desta forma, através do sistema capitalista que se relacionam capital, trabalho e alienação promovendo a coisificação do professor para que, suas regras sejam seguidas passivamente por seus componentes. A tomada de consciência enquanto classe trabalhadora e revolução são as únicas formas para a transformação social.

Com base nisso, destacamos o prestígio que estes profissionais possuem. Ovrath e Crivelaro (2022) abordam que os professores brasileiros são menos prestigiados em comparação a outros países:

Segundo o relatório Global Teacher Status 2018, elaborado pela Varkey Foundation, o prestígio da profissão no Brasil tem o pior índice entre 35 países avaliados. A escala de avaliação vai de 1 (nota mais baixa) a 100 (mais alta) e o Brasil teve a nota mínima. A primeira colocada foi a China, que recebeu a pontuação máxima, seguida por Malásia, com 93,3, e Taiwan, que alcançou 70,2. Outra conclusão do relatório da Varkey Foundation é que o prestígio do professor não está relacionado apenas à remuneração média. Esse conceito também envolve a atratividade da carreira para os jovens, o respeito pelos profissionais, as condições de trabalho e a valorização da profissão em políticas públicas (Ovrath; Crivelaro 2022).

Notadamente, percebe-se a questão de valorização profissional dos professores brasileiros manchada por questões que vão desde a baixa remuneração ao plano de carreira do educador. Ferreira (2020) aborda que, diante do contexto em que se encontra o trabalho do professor, sua autoestima vem sendo cada vez mais afetada, pois, vivenciando essas condições de trabalho, o professor perde os estímulos que contribuem para exercer seu ofício de forma mais gratificante.

Com a pandemia do Coronavírus (Covid-19), a cobrança pela produtividade e gerenciamento educacional das redes públicas de ensino tornou-se mais evidente a precarização do trabalho docente, como abordam Moraes e Martins (2020):

Os desafios na área da educação no cenário pandêmico intensificaram-se de forma repentina. Fomos inseridos, sem tempo para reflexões, em uma realidade complexa e diferente de tudo que já vivemos. Em caráter de urgência, a educação precisou mudar de forma significativa suas ferramentas de ensino com as aulas presenciais substituídas integralmente pelas plataformas e aplicativos virtuais. É certo que já vivíamos num cenário de transformação digital na sociedade. No entanto, a crise impulsionada pela Covid-19

evidenciou ainda mais a desigualdade socioeconômica e a falta de estrutura e de acesso a uma internet de qualidade [...] Professores tiveram que se adaptar à rotina de fazer planejamento das aulas, gravar e editar os vídeos usando a criatividade para instigar as crianças a estudarem, monitorar o cumprimento das tarefas, manter contato contínuo com os responsáveis das crianças, e mais ainda, dar conta das intensas tarefas domésticas (Moraes; Martins, 2020, p. 3).

Com o ensino remoto houve aumento da carga horária dos professores, e exigências de mais produtividade relacionada a aprendizagem de novos meios de informações, como sites e aplicativos para aplicação de conteúdos escolares. Entretanto, segundo Vieira (2021) essa utilização dos meios tecnológicos foi indevida, ao desconsiderar estruturas necessárias para a qualidade de ensino, sem um aparato adequado, pois não havia formulação e nem acesso aos conteúdos, sem disponibilidade de equipamentos de maior capacidade, evidenciando a vulnerabilidade no sistema educacional.

Em Parintins/Am, o ensino remoto trouxe dois desafios centrais: um referente a falta de preparação do professor para o contato virtual com os alunos e o outro relacionado ao alcance dos educandos no ambiente *on-line* (Schlindwein et al., 2020). Os autores relatam que muitos alunos não conseguiram participar das aulas remotas pois não tinham acesso à internet ou aparelhos eletrônicos como celulares, notebook e tablet. Para isso, os professores transmitiam suas aulas via rádio, na tentativa de contemplar a maior parcela de alunos, principalmente aqueles que tiveram que retornar para as áreas rurais, como meio de prevenção ao vírus ou por não conseguirem se manter na cidade devido ao grande aumento dos preços de suprimentos (Schlindwein et al., 2020). A este projeto foi denominado Projeto “Aprendendo em casa pelas ondas do rádio” dedicados a alunos do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Educação, sob elaboração do Conselho Municipal de Educação (CME).

A SEMED, após consulta ao Conselho Municipal de Educação (CME), elaborou o Projeto “Aprendendo em casa pelas ondas do rádio” para os alunos do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Educação abrangendo a sede e a zona rural de terra firme, com o objetivo de fornecer o acompanhamento de aulas de Língua Portuguesa e Matemática, que são componentes de maior peso nas bases curriculares e ao mesmo tempo disciplinas com maior defasagem no ensino fundamental [...] as crianças das áreas rurais dificilmente têm acesso a wi-fi, celular e computador, poucas possuem a televisão, mas quase todas as famílias acessam o rádio,

meio de comunicação de maior potência nas comunidades. É exatamente por isso que o projeto contemplou o rádio como canal para realizar a transmissão das aulas, haja vista seu grande alcance, facilidade de comunicação e manuseio, seu vínculo interativo-social com as comunidades urbana e rural, cobrindo todo o território parintinense. (Schlindwein et al., 2020.p.7).

Para aquelas famílias que não tinham acesso ao rádio e com pouca participação e retorno. os professores optaram pela criação de apostilas, sendo entregues em cada residência de alunos:

Estudantes foram solicitados e/ou “obrigados” a aceitarem a nova rotina de estudos em casa. Frente ao contexto difícil ainda há muitos desafios, pois os docentes não recebem o retorno das crianças e das famílias. Há pouca participação das crianças durante as aulas virtuais do *Whatsapp*, por isso os professores imprimem as apostilas e levam na casa das crianças, seguindo todos os protocolos necessários. Se não fizer assim, eles não acompanham as aulas e nem realizam as tarefas. (Moraes; Martins 2020. p 7).

Observa-se o compromisso dos professores com a formação dos alunos e com seu desenvolvimento escolar. Moraes e Martins (2020) destacam que durante o período de isolamento social, os professores se depararam com diversos desafios, tendo que alcançar todos os pais e responsáveis de alunos e lidar com as limitações de internet no município de Parintins. Além do mais, a falta de políticas públicas no município de Parintins é evidente, referente as redes de conexão e acesso à internet de qualidade, sendo uma ferramenta indispensável, sobretudo, em um cenário de isolamento social devido o surgimento da Covid-19 (Moraes; Martins, 2020).

2.2.1 A Síndrome de burnout como consequência das condições do trabalho do docente

A Síndrome de Burnout foi dita primeiramente pela psicanalista Freudenbergler em 1974, para explicar os sentimentos, afetos e saúde de alguns trabalhadores. No Brasil os estudos relacionados a síndrome segundo Batista et al (2010) tiveram início nos anos 90, sendo reconhecida como problema social de grande relevância, considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como doença ocupacional em 1º de janeiro de 2022. Araújo (2015.p.16) destaca que “a expressão Síndrome de Burnout foi associada à condição de esgotamento físico e mental por exaustão crônica”.

Segundo Lopes (2021), a Síndrome de Burnout é o resultado do estresse crônico, que influencia no desempenho de tarefas, convivência, produtividade e até mesmo na qualidade de vida do trabalho, do indivíduo e da empresa, isso ocorre em decorrência a exposição direta com pessoas, a uma ampla jornada de trabalho em condições muitas vezes adversas. desta forma, a síndrome se caracteriza por apresentar sintomas emocionais elevados causados por reações de estresse excessivo relacionado ao trabalho.

De acordo com Trigo (2007), no Brasil, a Síndrome de Burnout consta na regulamentação da Previdência Social, em seu Anexo II, que trata dos Agentes Patogênicos causadores de doenças trabalhadores.

Entretanto, não devemos confundir o Burnout com estresse devido ao trabalho. Silva (2019) argumenta que é valido diferenciar o estresse que afeta apenas a vida pessoal do indivíduo, enquanto a síndrome de Burnout está relacionada com o ambiente de trabalho no qual a pessoa não quer mais ficar em um determinado emprego devido há vários fatores que permanecem na situação de exaustão emocional.

Para Maslach e Leiter (1997), o Burnout apresenta três principais componentes: exaustão emocional, caracterizada por cansaço extremo e sensação de não ter energia para enfrentar o dia de trabalho; despersonalização, uma adoção de atitude de insensibilidade ou hostilidade em relação às pessoas que devem receber o serviço/cuidado e; perda da realização pessoal, um sentimento de incompetência e de frustração pessoal e profissional.

Essas características, segundo Maslach e Leitter (1987) apresentam inter-relação no sentido de exaustão devido às exigências do ambiente de trabalho ocasionando ao ceticismo e levando a diminuição da eficiência profissional, afetando desta maneira a saúde e a qualidade de vida do trabalhador.

Em relação ao diagnóstico, Silva (2019) relata que ele pode ser feito com profissional da área de saúde (médico, psicólogo) que efetivamente conheça os sintomas e formação adequada em relação ao fenômeno específico, e por meio de instrumentos psicológicos elaborados especificamente para fazer essa avaliação. Desta forma, o tratamento para a síndrome segundo o Ministério da Saúde (2021) pode ser por meio de

antidepressivos, psicoterapias e atividades físicas relaxantes, sendo fundamental elaborar uma rotina saudável com tempo disponível para família e os amigos, sem pensar no trabalho e todos os seus pontos negativos para melhor efeito do tratamento.

Segundo Silva (2019) a Síndrome de Burnout é vista como resultado do acúmulo excessivo de estresses crônicos, frequentemente presente em profissionais que lidam com grandes demandas de emoção e que exijam interações profundas, como é o caso dos professores, em lidar com diversas demandas emocionais relacionadas aos cuidados, e a possibilidade de estabelecer um vínculo aluno-professor para favorecer o processo de ensino-aprendizagem permitindo ao professor desenvolver um bom trabalho.

Para Silva (2019) o trabalho docente não se limita somente em ministrar aulas, simultaneamente faz-se presente nos trabalhos administrativos, nos planejamentos das suas atividades letivas, orientação aos alunos e atendimento aos pais e responsáveis, tornando-se exposto a muitos fatores estressores psicossociais. Fato esse também discutido por Lyra:

Os professores, além de suas preocupações docentes, têm que preocuparem com sua estabilidade de salário. Muitos problemas cercam o professor como, por exemplo, a carga horária, o que exige mais dedicação. Além da sua sala de aula, também deve fazer trabalhos administrativos, planejar, reciclar-se, investigar, orientar alunos e atender aos pais. Também deve organizar atividades extraescolares, participar de reuniões de coordenação, seminários, conselhos de classe, efetuar processos de recuperação, preenchimento de relatórios periódicos e individuais e, muitas vezes, cuidar do patrimônio material, recreios e locais de refeições. No entanto, é excluído das decisões institucionais, das reestruturações curriculares, do repensar da escola, sendo concebido como mero executor de propostas e ideias elaboradas por outros. (Lyra, 2015. p.1).

Ambos os autores ressaltam que a função do professor vai além da sala de aula. Esses fatores contribuem para a complexidade e o estresse associados à profissão de professor. Portanto, se destaca a sobrecarga de funções e a falta de reconhecimento enfrentadas pelos educadores, o que pode ter implicações significativas em sua qualidade de vida e no desempenho educacional.

Todo esse desempenho, voltado para um grupo de uma dada sociedade onde o valor humano automaticamente é ignorado, onde os pais cobram além do que o professor pode oferecer, gestores por vezes autoritários e a falta de

empatia de seus próprios colegas, fazendo com que o professor desenvolva uma prática de malabarismos para conseguir dominar essas diversas situações e exigências, e diante desse quadro de exigências e competências a cumprir, o professor por vezes desenvolve uma crise existencial, onde o reconhecimento, respeito e prestígio social são ignorados (Silva, 2019).

De acordo com a concepção de Oliveira (2016), em meio a essa desvalorização do educador (a) a tendência da educação escolar é cair cada vez mais, pois investimentos no professor (a) não existem de maneira alguma.

Para Antunes (2009) a realidade vivenciada pelos professores na Amazônia é peculiar, pois além da precarização das condições de trabalho, estes profissionais exercem uma variação de funções, ou seja, pois muitos lecionam duas ou mais disciplinas na qual não possuem graduação pela ausência de profissionais específicos. Para Oliveira (2004), essa situação se apresenta como forma de desvalorização e desqualificação do professor, uma vez que esta precisa responder a demandas que vão além de sua formação. Se realmente essas problemáticas fossem importantes para o poder público como previsto pela constituição federal, as condições de trabalho seriam ainda melhores, e conseqüentemente a educação seria de melhor qualidade para os alunos e teríamos menos professores adoecidos.

Nesse sentido, a Constituição Federal aborda em seu artigo 196:

“A saúde é um direito de todos e dever do estado e este direito deve ser garantido mediante a implantação ou implementação de políticas sociais e econômicas que visem a prevenção e redução dos riscos de doenças e de outros agravos” (Constituição Federal, 1988, Art.196).

Para tanto, a prestação de assistência na saúde deve ser compreendida e realizada pelo Estado como direito e cidadania. Considerando a inserção do assistente social na política educacional e como profissional interventivo regulamentado pelo CFESS para atuar nas refrações da questão social pode mediar e articular com as redes socioassistenciais, pois segundo Iamamoto (2015) o serviço social tem:

[...] “o compromisso com o cidadão exige a defesa dos direitos sociais tanto em expressão legal, preservando a ampliando a conquista da coletividade já legalizada quanto em sua realidade ativa”.

De acordo com Dias (2018) com a despolarização do trabalhador, fica evidente um acirramento de interesses neoliberais visando seu próprio benefício as contrarreformas que demonstram a desvalorização dos interesses do trabalhador enquanto classe, diante desta questão o serviço social desempenha a função do papel investigativo, pois é uma profissão segundo Fachin (2013) que atua diretamente na reprodução das relações sociais no contexto da sociedade capitalista.

Nestes entendimentos, para Lima e Nunes (2015) é diante dessa perspectiva que o profissional do serviço social tem sido como um mediador dos direitos, buscando a construção de uma cultura democrática pública colocando a sociedade como agente questionador. Pois, isso contribui para uma compreensão mais ampla da educação que visem os direitos sociais (Ferreira, 2018).

Não obstante, entende-se que Burnout na classe docente é um fenômeno complexo que possui várias facetas. Diante das devidas condições de trabalho que o docente é submetido infelizmente, este torna-se vulnerável ao desencadeamento do Burnout, o que pode resultar no afastamento de seu cargo de trabalho para o tratamento psicossocial.

Desta forma, Serviço Social é uma profissão regulamentada no Brasil pela Lei nº. 3.252 de 27 de agosto de 1957 e seguidamente regulamentada pelo Decreto nº 994 de 15 de maio de 1962. Com base neste decreto determina em seu artigo 6 a fiscalização e disciplina do exercício profissional, caberiam ao Conselho Federal de Assistência Social (CFAS) e ao Conselho Regional de Assistência Social (CRAS), hoje denominados de CFESS E CRESS.

De acordo com Barbosa (2016) a profissão em si tem grande importância em relação à educação por contribuir para a efetivação do direito à educação através de ações que proporcionem o acesso e a permanência dos indivíduos na escola, trabalhando nas relações interpessoais e grupais e mantendo a qualidade dos serviços no sistema educacional.

Considerando as inúmeras possibilidades de diversas intervenções do (a) assistente social na política educacional, a amplitude de sua atuação no campo da educação ainda se limita de modo a exercer a sua autonomia

profissional com sua competência crítica, propositiva, numa perspectiva de totalidade (Barbosa, 2016). Conforme Souza:

O leque de atuação do exercício profissional é extenso, assim como, as possibilidades de articulação com outras áreas do campo do saber. O campo da política da educação, representa uma atuação mais ampla do serviço social – Secretaria de Educação, Conselho de Educação, Escola nos diferentes ciclos/níveis de formação, na elaboração, gestão, coordenação de programas e projetos, realização de pesquisas, diagnóstico sociais, pareceres e outras ações. (Souza, 2008, p.95).

Nos últimos anos foi tramitado e aprovado no Senado o Projeto de Lei nº13.935 de 12 de dezembro de 2019, remetido a inclusão dos profissionais de serviço social e psicólogos nas escolas públicas. Segundo Barbosa (2016) Essa reinserção do Serviço Social no campo educacional foi e é sem dúvida um desafio, pois ainda se configura como um campo denso a ser explorado, com base no Art. 1º e incisos 1 e 2:

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais. § 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais. § 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino (Brasil, 2019).

Infelizmente, observou-se que no município de Parintins/Am, nas instituições de ensino municipal e estadual ainda se faz pertinente a falta de assistentes sociais e psicólogos, sendo presentes somente nas secretarias de educação.

O Assistente social hoje presente na coordenadoria atende a demanda tanto da Coordenadoria como de todas as escolas de ensino [...]. O ideal seria se tivesse um assistente social em cada escola, porém a profissão ainda enfrenta vários entraves na efetivação dessas conquistas constitucionais. [...] De acordo com a fala da assistente social a educação sendo um campo novo para Serviço Social sinaliza o número reduzido de profissionais, bem como a falta de concurso para profissionais dessa área, o que é um problema, uma vez que a demanda só cresce e exige uma equipe profissional competente (Silva; Canto, 2015 p.4).

De acordo com Almeida (2005), é importante ressaltar que o trabalho do assistente social em uma dimensão educativa não deve ser visto como

valorização pela sua inserção nas unidades de ensino, mas sim, pelo seu envolvimento com os processos sociais voltados para a construção de uma hegemonia da educação e da cultura, nas quais diversos educadores trazem acúmulos e tradições tanto no campo de pensamento intelectual como nas ações profissionais e políticas. Essa atuação profissional do assistente social deve estar envolvida num processo que vise a obtenção de conhecimentos, sendo contribuinte para a evolução da cultura, na tentativa de possibilitar aos indivíduos a seguirem uma direção política e cultural, no qual significaria revoltar-se através das forças sociais e se libertarem de diversas formas de alienações e submissões existentes em nossa sociedade (Almeida, 2005).

Segundo Rossa (2011) a inserção dos profissionais de Serviço Social na área da educação marcou o ano de 1930, porém, apenas no ano de 1990 que houve a implantação das políticas sociais, sendo responsáveis pelas conquistas do Serviço Social na educação e a ampliação da demanda de exigência desses profissionais.

Segundo Barbosa (2016) no ano de 2001 foram criadas várias comissões temáticas de educação no CRESS e neste mesmo ano, criou-se um “Grupo de Estudos” denominado “Serviço Social na Educação” pelo CFESS teve por finalidade a criação de um documento intitulado “Serviço Social na Educação” contribuindo com as discussões no cenário nacional.

Segundo o CFESS (2012) a política educacional é composta por níveis e modalidades de ensino, com diferentes particularidades como: a dinâmica dos espaços ocupacionais, as legislações, as prerrogativas dos entes governamentais, profissionais e públicos. Portanto, cada vez que os assistentes Sociais são inseridos nas esferas públicas e privadas, demonstra enquanto profissionais e classe trabalhadora o reconhecimento pela sua capacidade de analisar e compreender a realidade em sua totalidade de maneira crítica.

Assim, segundo Piana (2009) a inserção desses profissionais nas diferentes instituições educacionais os seus processos de trabalho estarão ligados na construção de ações que refletem de forma direta na cidadania do indivíduo, uma vez que, a escola é um espaço de inclusão social.

Desta maneira, a atuação do assistente social no espaço escolar baseado na regulamentação do CFESS (2001) possibilita contribuir para uma realização de diagnósticos sociais, indicando alternativas acerca das diferentes problemáticas sociais vivenciadas por muitas crianças e adolescentes, refletindo nas melhorias das condições de enfrentamento da vida escolar juntamente com a participação da comunidade familiar nas escolas.

Com isso, segundo Lima e Nunes (2018) serviço social vive hoje uma expansão profissional através dos espaços sócios ocupacionais e a sua reinserção na política pública de educação, não deixando de ser um dos desafios, porém, atualmente tem-se uma necessidade de inserir estes profissionais nas escolas públicas do Brasil para criar, programar e elaborar projetos de integração aos aspectos sociais e educacionais na garantia de melhorias na educação e efetivação de direitos de alunos e servidores da escola, uma vez que, há muitas crianças que não frequentam a escola por não conseguirem vagas ou pelas condições de vulnerabilidade social.

Segundo Barbosa (2016), a educação o acesso e a permanência na escola e o pleno desenvolvimento da criança e dos adolescentes são direitos que precisam ser garantidos por todos os profissionais que trabalham na educação, visando contribuir para uma formação de qualidade e para exercer a cidadania. Desta maneira, o papel a ser desempenhado do assistente social na política educacional é mediar o conhecimento e garantir o acesso nas políticas sociais e lutar pela igualdade de direitos, uma vez que atuar na garantia da educação é trabalhar com as expressões da questão social, sendo por meio dessas necessidades social que as atribuições e competências do serviço social são dialogadas nos espaços educativos.

Para Ferreira (2018) o assistente social e a profissão em si, contribui para a compreensão mais ampla da educação, focada para a viabilização e ampliação dos direitos sociais. E dentre as contribuições do serviço social faz-se importante citar Almeida e Rodrigues (2013) os quais destacam que é imprescindível pensar na educação e nos direitos sociais juntamente com as condições reais na qual produzimos nossa existência, pois a educação é complexa, ampla e diversificada.

Dessa forma, considerando essas necessidades sociais e as competências do Serviço Social ficam acessível ao diálogo com o espaço escolar, tendo em vista que a Constituição Federal de 1988 consagrou a educação como direito social e universal, visando a formação cidadã.

Não obstante, a atuação do Serviço Social na área da educação admitirá inúmeras possibilidades para o intervir, pois a escola deve ser vista como uma instituição que demanda de atenção, devido as diversas formas de exclusão que pode acontecer neste ambiente.

Barbosa explica que:

É um grande desafio para o profissional do Serviço Social realizar o processo de inclusão nas Escolas Públicas Brasileiras: Outra perspectiva de atuação do profissional de Serviço Social está na Inclusão Social, que se mostra como um grande desafio principalmente no que diz respeito à Escola Pública Brasileira, porque ela só irá se tornar efetivamente uma Escola Inclusiva quando a universalidade e qualidade de ensino forem garantidas. (Barbosa, 2016, p.29).

Portando, considerando que a síndrome de burnout é desencadeada por professores, enfatiza-se a importância para o intervir do serviço social, inserido na política educacional nos anos de 1990, quando se discursa a LDB e Base nacional comum curricular (BNCC) para atuar e trabalhar nas refrações da questão social, articulando-se com as redes socioassistenciais e políticas na defesa dos direitos dos servidores públicos para que essas condições sejam solucionadas.

Assim, o assistente social como profissional interventivo pode mediar essas problemáticas através da visita domiciliar e institucional mediante as análises psicossociais, orientando; contribuindo e conscientizando esses usuários na luta pelos seus direitos e melhorias nas condições de trabalho, podendo se ausentar de suas funções laborais para o tratamento do seu quadro clínico.

Para Dias (2018) essas mudanças ocorridas no ambiente de trabalho são consideradas um espaço para uma discussão essencial do serviço social, visto que existem bastante lacunas a serem preenchidas e discutidas, pois são modificações que fazem parte de seu debate enquanto profissional interventivo, articulando e atribuindo seu papel de atuação, teórico-metodológico, ético-

político e teórico-operativa no campo das condições de trabalho docente prescrita no seu código de ética e no código.

Desta forma, o assistente social frente a contemporaneidade se coloca diante das esferas de direitos sociais e a inclusão social do cidadão que segundo Appel (2017) são asseguradas pelo estado laico e democrático, independentemente de demandas trazidos pelos usuários, os assistentes sociais podem objetivar as necessidades humanas, com base na sua intervenção de seu trabalho para com o sujeito, pois esse direito de saúde, acesso a previdências e dentre outros foram assegurados em 1988 pelo tripé da seguridade social, inclusa na Constituição Federal.

CAPÍTULO III - SINDROME DE BURNOUT: O TRABALHO DOCENTE E O PROCESSO DE ADOECIMENTO DO PROFESSOR

EMPATIA

*Acredita em mim
Quando digo que provavelmente
Não irá viver sem chorar
Acredita em mim
Quando digo que, mesmo se o
choro durar
A vida não vai parar
Gravei uma conversa
Em que uma voz disse uma
coisa
Que procuro sempre lembrar
Veja o Sol
Mesmo com nuvens, escolheu
aparecer
Então você
Mesmo sofrendo, tem que
escolher crescer*

Priscilla Alcantara

O trabalho exerce um papel central na vida dos indivíduos, inclusive como identidade do sujeito e na sua inserção social. A organização do trabalho exerce, sobre o homem, uma ação específica, cujo impacto é o aparelho psíquico (Codo; Sampaio, 1995). Em algumas condições, surge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, de esperanças e de desejos, e uma organização do trabalho que os ignora. Esse sofrimento, de natureza mental, começa quando o homem, no trabalho, já não pode fazer nenhuma modificação em suas tarefas para torná-las confortáveis conforme às suas necessidades fisiológicas e aos seus desejos psicológicos, isto é, quando a relação homem-trabalho é bloqueada.

No aspecto do sofrimento ser procedente, de natureza mental, o professor como papel de educador não investe somente a energia física

quando se realiza um trabalho em sala de aula. Sua produção envolve sentimentos como alegrias, insatisfações, queixas, sonhos e objetivos.

Conforme Souto (2022), a abordagem das doenças ocupacionais na sociedade atual, incluindo a síndrome de burnout, desempenha um papel significativo no campo do Serviço Social. De acordo com o autor, uma análise crítica do tipo de trabalho presente em nossa sociedade revela que tais enfermidades emergem não devido a falhas dos trabalhadores, mas sim devido ao próprio caráter prejudicial do trabalho no contexto do capitalismo.

Neste contexto, objetivou-se compreender as experiências vivenciadas cotidianamente pelos professores da Escola Municipal São Francisco de Assis. Posteriormente, as discussões acerca das complicações que estes passam em decorrência do trabalho árduo como educadores, são referenciadas nos tópicos seguintes e realizadas contextualização diante das concepções do serviço social.

O intuito deste capítulo é analisar o papel do assistente social nos processos que culminam o adoecimento mental dos professores da Escola São Francisco de Assis, considerando as políticas públicas e as condições sociais que afetam o trabalho desses profissionais.

3.1 Os Entrevistados: Demandas Emocionais e Psicológicas

Diante das entrevistas realizadas com os professores foi possível traçar um perfil diante de um quadro geral (Quadro 1). Nele consta os nomes fictícios, selecionados para salvaguardar a identidades dos mesmos, suas respectivas idades, formação acadêmica, experiência profissional na área de educação, carga horária exercida no trabalho, se atuam em uma outra unidade escolar, além da Escola São Francisco de Assis, estado civil e se possuem filhos.

Nº	Nome	Idade	Formação	Experiência educacional	C.h. de Trabalho	Atua em mais de uma escola	Estado Civil	Possui Filhos
1	Rico	32	Graduação em Letras	3 anos				Não
2	Lindo	41	Graduação em História	2 anos	40h	Sim		
3	Fausto	50	Graduação em Matemática	27 anos				Sim

4	Alice	52	Magistério, com foco em Língua Inglês	Não informado	
5	Maria	52	Graduação em Ed. Física	32 anos	
6	Frank	52	Graduação em Letras	22 anos	
7	Márcia	60	Não informado	32 anos (26 como professora; 6 como gestora)	Não

Quadro 1. Perfil dos Professores da Escola São Francisco de Assis

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Percebe-se que todos os entrevistados trabalham 40h semanais, nos turnos matutino e vespertino, e alguns deles (4) atuam em mais de uma escola.

Em seu estudo, Carlotto (2011) discorre que diante de uma análise das dimensões de Burnout e associação com variáveis laborais, comenta que quanto mais elevada a carga horária, maior o sentimento de desgaste emocional e menor o sentimento de realização com o trabalho.

Para lidar com a exaustão do trabalho, é importante que os professores recebam apoio adequado. Pois, indivíduos que trabalham com carga horária acima de 40 horas semanais (como é o caso dos professores) lidam com maior desgaste ocupacional, e que o apoio social possui um papel atenuador para estes profissionais (Birolim et al., 2019).

Diante das entrevistas fornecidas pelos entrevistados, podemos identificar alguns padrões nas demandas emocionais e psicológicas que devem ser discutidos.

3.1.1 Para além da sala de aula: o mundo dos professores

Rico

Rico leciona duas disciplinas na Escola São Francisco, ministrando aulas em diferentes séries: no 7º e 9º ano do Ensino Fundamental. Ele relata que seu percurso educacional foi tranquilo, pois nunca enfrentou dificuldades de acesso à educação. Ele viu seus próprios professores como exemplos para sua carreira na docência. A escolha de seguir na área da educação não foi sua

primeira opção, mas ao longo de sua graduação, ele acabou trilhando o caminho da docência.

Começou em uma escola na zona rural durante a pandemia, onde o ensino foi transmitido via rádio, não alcançando todos os alunos. Os professores tiveram que criar apostilas para atender aos alunos que não tinham acesso a um rádio.

Rico ingressou na Escola Municipal São Francisco de Assis em 2022 para uma substituição de dois meses. Ele afirma que, apesar de sentir desânimo e exaustão em sua profissão e às vezes não ter disposição para planejar suas aulas, nunca considerou a possibilidade de abandonar a carreira. Mesmo sendo um trabalho estressante, ele aprendeu a gostar do que faz.

Rico menciona que tem muitos amigos e se relaciona bem com eles. Ao descrever sua rotina diária, ele menciona que, além do trabalho na escola, leva trabalho para casa. Ele sai de casa de manhã e volta à tarde, dedicando seu tempo a preparar aulas, corrigir trabalhos e descansar um pouco antes de recomeçar suas atividades no dia seguinte. Em alguns finais de semana, ele dedica seu tempo ao planejamento de aulas, correção de exercícios e criação de estratégias para apresentar o conteúdo.

Ele destaca que o trabalho docente não se limita apenas a ensinar em sala de aula, mas envolve também o planejamento e a elaboração de projetos pedagógicos.

A análise em face a entrevista, o professor Rico demonstra exaustão, além de desânimo. Embora ele não tenha considerado abandonar a carreira. O fato de levar trabalho para casa e dedicar tempo extra ao planejamento de aulas e correção de exercícios pode contribuir para o estresse e o desgaste. Pesquisas recentes demonstram que os professores da rede pública de ensino relatam uma alta demanda de trabalho, que muitas vezes ultrapassa o ambiente escolar (Cardoso et al., 2021).

Diante disso, discorreremos sobre a fala de Souza:

O trabalho alienado e alienante no capitalismo, gerador do sofrimento-adocimento dos trabalhadores, não é a única forma possível de trabalho. O trabalho do neoliberalismo não é a única possibilidade que nós trabalhadores docentes temos em vista. Essa sociedade em que se adocece trabalhando para angariar fundos para cuidar da saúde após o término do tempo vital de trabalho, não é a nossa única possibilidade. Esse trabalho precarizado é uma

estratégia econômica e política do capital, econômica, porque diminui custos com a força de trabalho, contribuindo assim para o aumento da mais valia; política, porque, ao separar os/as trabalhadores/as por vínculo dentro de um mesmo local (terceirização), ao ativar o temor do desemprego nos/as trabalhadores/as – o que dificulta a possibilidade de contestação, ao pagar salários que mantém o/a trabalhador/a no limiar da animalidade, sem tempo nem condições objetivas de analisar sua própria vida, com jornadas extensivas e muitas horas desperdiçadas em degradados meios de transportes – o capital obsta as possibilidades de contestação dos/as trabalhadores/as (Souza, 2017, p. 182).

A autora argumenta que o modelo de trabalho alienado e precarizado no contexto do capitalismo não deve ser visto como a única alternativa para os trabalhadores, incluindo os docentes, destacando que a sociedade em que as pessoas adoecem trabalhando para depois gastar recursos em cuidados de saúde não é a única opção disponível. E descreve o trabalho precarizado como uma estratégia econômica e política do capital, que busca reduzir os custos com a força de trabalho e manter os trabalhadores em condições que dificultem a contestação, como terceirização, medo do desemprego e jornadas extensas. Isso, segundo o autor, limita a capacidade dos trabalhadores de analisar suas vidas e contestar as condições de trabalho.

Desta forma, no serviço social a alienação é um dos objetos a serem combatidos, para que os usuários possam visualizar os direitos sociais como uma determinação social e não como um favor.

Lindo

O professor leciona para turmas do 6º e 9º ano do Ensino Fundamental em duas escolas ministrando duas disciplinas além de sua formação. Seu percurso educacional teve início enquanto aluno de escola pública e se estendeu até sua formação em história.

Antes da carreira docente ele administrava uma escola de esportes privada, que atendia aproximadamente 80 crianças. Por razões de aprimoramento profissional, ele optou por direcionar sua carreira para o campo educacional, o que o levou a escolher a profissão de educador. Assim que ingressou nessa área, o professor reconhece que, embora tenha um grande apreço pelo que faz, o retorno financeiro é bastante limitado.

Desde sua formação, exerceu consistentemente a função de professor. Entretanto, ao rememorar os primeiros passos de sua carreira, ele compartilha

eventos que o impactaram de maneira negativa, não apenas no primeiro dia de aula, mas também ao longo de seu primeiro ano como docente.

O educador enfrenta uma agenda rigorosa que começa com a preparação de aulas e sua chegada à escola às 7h da manhã, muitas vezes retornando por volta das 18h. Em geral, durante os fins de semana, dedica tempo às tarefas que não puderam ser concluídas ao longo da semana em sala de aula. Para conseguir cumprir com todas as responsabilidades que assumiu, ele teve que renunciar a alguns prazeres da vida, como, por exemplo, a participação em festas com sua esposa e momentos de lazer em família.

O professor demonstra possuir exaustão física e mental. Ele enfrenta uma agenda rigorosa, trabalhando em dois turnos, dedicando fins de semana ao trabalho e renunciando a momentos de lazer em família, denotando uma certa abdicação de privilégios pessoais, devido às suas responsabilidades profissionais. Fato este, corroborado por Alvim et al (2017), ao descrever que a sobrecarga de trabalho pode ocasionar em diminuição do tempo de lazer, descanso, contato social e familiar, aumentando o desgaste físico e mental, gerando o sofrimento, e ocasionando o adoecimento desses profissionais.

Mais estudos apontam sobre a elevada demanda de trabalho docente que limita o exercício de atividades de lazer (Meira et al., 2014; Dielh; Marin, 2016; Silva et al., 2018).

De acordo com Souza (2017) essa abdicação de seu lazer em família demonstra a forma de trabalho alienado e precarizado ao demonstrar uma exaustão física e mental que para o serviço social o professor lindo apresenta uma ausência de consciência por não reconhecer os seus direitos sociais e sem ter direito aos bens que ele mesmo produz, que vem ser o valor da mais valia que não é pago.

Fausto

É professor desde 1996. Ele compartilha que sua decisão de se tornar professor surgiu durante seu último período na faculdade, motivada por uma cena marcante que ele testemunhou: um ribeirinho remando solitariamente no Rio Amazonas. A partir desse momento decidiu completar sua formação para a docência, com a esperança de melhorar a qualidade de vida das comunidades

ribeirinhas. Ele alcançou seu objetivo e hoje se orgulha de ter ex-alunos que se tornaram médicos atuantes no município de Parintins.

Para ele, a relação no ambiente de trabalho como professor deve ter como foco central sempre o aluno. Sua rotina de trabalho na docência é incessante, indo de domingo a domingo, pois ele se vê como um eterno aprendiz. Ele acredita que realiza um trabalho significativo, mesmo ao atuar em áreas rurais, e desfruta do reconhecimento de seus alunos. Para ele, a realização de atividades domésticas após sair da escola é uma maneira de se distrair dos desafios enfrentados na profissão.

Durante a entrevista, é perceptível o desejo e a vontade de Fausto de impactar positivamente a sociedade por meio da educação. Para o professor Fausto, essa ação teve como objetivo principal a realização de uma transformação positiva na vida das comunidades ribeirinhas, e ele se sente satisfeito por ter alcançado esse objetivo.

Quando menciona que sua rotina de trabalho na docência é incessante, podemos sugerir uma carga de trabalho excessiva como educador, assim como visualizo nas entrevistas anteriores. Ele afirma que realizar atividades domésticas após sair da escola é uma maneira de se distrair dos desafios enfrentados na profissão. Isso pode indicar que ele está buscando formas de lidar com o estresse ou a pressão relacionada ao trabalho.

No entanto, é importante ressaltar que em sua entrevista, o professor também demonstra que tem uma forte motivação e paixão pela educação, além de sentir que alcançou seus objetivos ao impactar positivamente em seu trabalho como educador.

Desse modo, em uma compreensão acerca da saúde mental de Fausto revela a complexidade das experiências dos trabalhadores, que muitas vezes enfrentam cargas de trabalho intensas, mas também encontram motivação e satisfação em seus objetivos e contribuições sociais.

Na seara da alienação se fazem presentes o conformismo social, onde passa-se uma ausência de consciência social apontando-se para um caráter instrumental dos direitos sociais por se apresentarem subsumidos ao mercado capitalista. Esta alienação também se apresenta como fator determinante da questão social, que deve ser combatida pelos assistentes sociais.

Alice

A professora tem uma experiência profissional de dois anos na Escola São Francisco. Ela desempenha suas funções em dois turnos, abrangendo séries distintas: o 6º e o 9º ano do Ensino Fundamental.

Desde a infância, Alice cultivou o desejo de se tornar professora, uma aspiração que se concretizou em sua vida adulta. Embora tenha precisado se afastar do trabalho por razões de saúde, sua relação com o colegiado atualmente é bastante positiva. Para ela, seu trabalho não impacta negativamente em sua vida pessoal, visto que é uma necessidade fundamental para sua subsistência.

Alice se descreve como uma pessoa resolvida, cercada por amor e repleta de vivências emocionantes. Portanto, ela se sente feliz e satisfeita não apenas em sua carreira, mas também como mãe e esposa.

É evidente em suas palavras que, embora tenha uma grande apreciação por sua profissão, sua motivação principal é a necessidade de sustento financeiro. Neste sentido, encontra-se no fato da subjetividade, por ter se transformado em mercadoria dentro da sociedade capitalista uma demonstração de alienação ao capitalismo.

Em relação ao estado emocional de Alice, não há indícios claros de que ela esteja experimentando qualquer sentimento ou sintomas negativos que podem desencadear a Síndrome de Burnout. Pelo contrário, há elementos que sugerem um estado emocional geralmente positivo. Como a motivação principal de Alice para trabalhar como professora ser a necessidade de sustento financeiro. Isso pode indicar que ela vê o trabalho como uma necessidade fundamental para sua subsistência, mas não necessariamente como uma fonte de estresse ou exaustão emocional. O fato de que a relação de Alice com seus colegas é positiva pode indicar que ela encontrou apoio e conexões significativas em seu ambiente de trabalho, o que pode ser um fator de proteção contra o esgotamento profissional.

Alice descreve sua vida como resolvida, cheia de amor e repleta de vivências emocionantes. Ela se sente feliz e satisfeita não apenas em sua carreira, mas também como mãe e esposa. Isso sugere satisfação com sua vida pessoal e profissional.

Embora tenha se afastado do trabalho por razões de saúde, a relação de Alice com o colegiado atualmente é bastante positiva, o que não é comum em casos de Burnout, onde o relacionamento com colegas e superiores pode ser afetado negativamente, como pode ser observado por Cury et al. (2022).

No caso de Alice, segundo Souza (2017) é um trabalhador alienado por ser dedicado a um interesse do capitalismo, perdendo sua liberdade e humanidade, tornando-se apenas em força de trabalho, pois a função do trabalho é compreendida neste caso como capacidade para suprir suas necessidades.

Maria

A professora leciona para alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental em dois turnos consecutivos na Escola São Francisco. Ela compartilha que seus primeiros nove anos de experiência foram em áreas rurais e várzea. Surpreendentemente, seu trabalho nunca teve um impacto negativo significativo em sua vida, uma vez que seus filhos e seu esposo também seguiram carreiras na docência.

Seu dia começa cedo, às 5h da manhã, quando ela se dedica a adiantar as tarefas domésticas. Após sua rotina de trabalho, quando finalmente retorna para casa, seu desejo principal é descansar. No entanto, devido à responsabilidade de cuidar de seu neto com autismo, ela se empenha em levá-lo para passeios, na esperança de ajudá-lo a liberar energia.

Durante a entrevista, foi evidente que Maria enfrenta tanto o cansaço físico quanto o mental. Podemos observar que a professora desempenha uma jornada exaustiva, trabalhando em dois turnos consecutivos, o que lhe exige um esforço físico considerável. Além disso, ela inicia seu dia muito cedo, envolvendo-se em tarefas domésticas antes mesmo de começar seu trabalho. Essa carga de trabalho físico e mental, combinada com a responsabilidade de cuidar de seu neto com autismo, pode resultar em um acúmulo de estresse e fadiga.

No contexto do método histórico-dialético de Marx, podemos perceber que essa situação reflete as dinâmicas do sistema capitalista. Como diz Leite e Santos (2013, p.1) “para Marx, a base da economia capitalista é a exploração da força de trabalho”. Marx argumentava que o capitalismo tende a explorar a

força de trabalho ao máximo, muitas vezes levando os trabalhadores a se envolverem em jornadas longas e exaustivas para atender às demandas do mercado. Essa exploração, por sua vez, pode ter sérias consequências para a saúde mental e física dos trabalhadores.

No caso de Maria, a acumulação de responsabilidades em sua vida pessoal, como o cuidado de seu neto, é uma expressão do modo como o sistema capitalista impõe pressões adicionais sobre os indivíduos, dificultando o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal. Essa sobrecarga pode levar ao esgotamento físico e mental, afetando negativamente sua saúde mental. Neste caso, o acúmulo de afazeres e de atividades e a sobre carga de trabalhos, seriam fundamentos para uma alienação ao capital e que também caberia aos assistentes sociais intervirem nas condições de trabalho como fator de alienação.

Frank

Frank é um professor que ministra aulas em dois turnos, abrangendo o 1º, 6º e 9º ano. Desde sempre, o sonho de educador foi ser professor, pois reconhece que esta é uma profissão única, já que todas as outras carreiras passam, em primeiro lugar, pelas mãos dos professores da educação básica. Ele leciona na Escola São Francisco há 4 anos, totalizando 22 anos de experiência no ensino público. Sua trajetória começou nas áreas rurais e de várzea.

Para ele, seu trabalho nunca teve um impacto negativo em sua vida pessoal. Pelo contrário, ele está constantemente em busca de novos conhecimentos para compartilhar com seus filhos, que estão na graduação. Ele desfruta de um relacionamento aberto e sincero com seus alunos, o que faz com que se sinta muito querido por eles.

Durante a entrevista, percebeu-se que o professor é uma pessoa inquieta. Apesar da rotina agitada, ele se acostumou com o ritmo frenético do dia a dia e não demonstra fisicamente cansaço. Ele acredita que a exaustão do trabalho pode ser mitigada por meio de atividades como jogar futebol e participar de aulas de dança, que o ajudam a recuperar suas energias e evitar o cansaço após um longo dia de trabalho.

Frank é descrito como alguém inquieto e que está constantemente em busca de novos conhecimentos, embora ele não demonstre fisicamente cansaço.

Ao analisar a saúde mental do professor Frank é essencial considerar vários aspectos de sua vida e trabalho. Primeiramente, Frank demonstra um forte compromisso com a profissão de professor, reconhecendo sua importância fundamental na sociedade.

Por outro lado, Frank não demonstra fisicamente cansaço, apesar da rotina agitada. Isso pode ser interpretado como um mecanismo de adaptação à pressão e à exaustão que podem ser inerentes ao sistema de ensino e ao próprio sistema capitalista. Os trabalhadores frequentemente se acostumam com ritmos frenéticos para atender às demandas do mercado de trabalho, mas essa adaptação nem sempre significa que sua saúde mental está intacta.

Além disso, a busca constante por novos conhecimentos e o envolvimento em atividades de lazer podem ser interpretados como uma tentativa de compensação ou escape das pressões do trabalho. Isso também pode refletir o desejo de manter-se em sintonia com os desafios contemporâneos da educação, que, sob a lente marxista, estão ligados ao dinamismo e às mudanças nas estruturas sociais e econômicas.

De acordo com o pensamento de Souza (2017) por ser um trabalho alienado, Frank aliado a necessidade de ocupar seu posto de trabalho busca novos conhecimentos, fazendo com que se submeta as regras impostas pelo sistema. Caso contrário, há um grupo de desempregados que desejam ocupar o seu posto de trabalho, que para Souza (2017) são estratégias para o trabalhador não questionar ou não reconhecer os seus direitos e o seu valor.

Márcia

Ao longo de sua carreira, ela demonstrou um profundo amor por sua profissão como educadora, tendo uma atenção especial ao sistema educacional. Suas experiências abrangem desde a educação infantil até o ensino fundamental.

Durante a conversa, Márcia emociona-se ao lembrar das turmas dos tempos das “galeras”², quando ela empregava dinâmicas especiais para garantir que seus alunos se sentissem bem na sala de aula. Com 32 anos de dedicação à profissão, ela expressa o desejo de se aposentar, ansiando por um merecido descanso e pela oportunidade de aproveitar a companhia de seu esposo e filhos. Ela acredita que eles perderam muita coisa sem a sua presença.

Percebe-se que a rotina de trabalho intensa de Márcia afetou seu relacionamento com a família devido às longas jornadas de trabalho. Para Miotto (2015) a família é assumida como estrutura através da qual pode ser garantida a educação, a assistência, a segurança e a felicidade dos sujeitos que compõem o todo social. Neste caso, observa-se o impacto em sua vida pessoal. O desejo de Márcia de se aposentar pode ser um indicador de que ela busca alívio do estresse e do cansaço associados ao seu trabalho.

A análise crítica de Pires (1997) aborda a relação entre trabalho e sociedade capitalista, influenciada pelo pensamento de Karl Marx:

Ocorre que, na sociedade capitalista, o trabalho (atividade vital, essencial) é explorado (comprado por um preço sempre menor do que produz) definindo, assim, um processo de alienação (expropriação da atividade essencial em sua plenitude). Se o trabalho, como atividade essencial e vital traz a possibilidade de realização plena do homem enquanto tal (humanização), a exploração do trabalho determina um processo inverso, de alienação. Sob a exploração do trabalho, os homens tornam-se menos homens, há uma quebra na possibilidade de, pelo trabalho, promover a humanização dos homens.

Em suma, a autora parece refletir uma perspectiva crítica em relação à exploração do trabalho na sociedade capitalista, enfatizando como isso pode levar à alienação e à negação da humanização das pessoas. Essas ideias estão alinhadas com as críticas clássicas de Marx ao sistema capitalista, que argumentavam que a exploração do trabalho era inerente ao sistema e prejudicava o bem-estar e a realização das pessoas.

Destaca-se, portanto, uma crítica fundamental às dinâmicas do capitalismo, pois, a exploração do trabalho não apenas prejudica os

² Antigamente, em Parintins, era comum os jovens formarem grupos de galera e ocasionalmente se envolverem em brigas entre si. Essas brigas eram geralmente motivadas por rivalidades locais, disputas por território ou simplesmente diferenças pessoais.

trabalhadores economicamente, mas também mina sua capacidade de alcançar sua plenitude como seres humanos.

Segundo Carlotto (2011) a profissão docente é considerada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), como uma das mais estressantes, com forte incidência de elementos que conduzem à Síndrome de Burnout, isso porque, o ofício de professor, independentemente do nível de ensino em que atue tipo de escola, pública ou privada, está se configurando como uma profissão alvo de inúmeros estressores psicossociais presentes no seu contexto de trabalho.

Para Maslach e Jackson (1998), a Síndrome de Burnout é uma condição complexa que se manifesta através de três dimensões inter-relacionadas. A primeira dimensão é a despersonalização, caracterizada pelo sentimento de indiferença em relação às pessoas ou tarefas, resultando em um distanciamento emocional do trabalho. A segunda dimensão refere-se à reduzida realização profissional, que envolve sentimentos de insuficiência e fracasso no âmbito profissional, minando a autoestima e a satisfação com as próprias conquistas (Maslach; Jackson, 1981).

Por fim, a terceira dimensão é a exaustão emocional, a qual se traduz em um profundo sentimento de esgotamento tanto físico como mental. Isso se manifesta como a sensação de não dispor de energia suficiente para desempenhar qualquer tipo de atividade, seja no trabalho ou na vida pessoal.

Para Cury et al. (2022), a exaustão emocional representa o esgotamento dos recursos emocionais do indivíduo. É considerado o traço inicial da síndrome e decorre principalmente da sobrecarga e do conflito pessoal nas relações interpessoais. Portanto, a exaustão é uma característica central da Síndrome de Burnout e pode ter impactos significativos na saúde física e mental dos indivíduos afetados.

Autores como Gil-Monte et al. (1998) e Gil-Monte (2005) discutem que o Burnout ocorre pelo desenvolvimento conjunto de baixa realização profissional e exaustão emocional, apresentando como estratégia de enfrentamento a despersonalização.

Salvagioni et al. (2017), em seu estudo abrange os sintomas relacionados ao Burnout com maior significância. De acordo com os autores são existentes três categorias: físicas, psicológicas e ocupacionais (Quadro 2).

Categorias	Sintomas
Físicas	Desenvolvimento de diabetes tipo 2
	Dores Musculoesqueléticas
	Fadiga
	Hipercolesterolemia
	Problemas Gastrointestinais
Psicológicas	Insônia
	Sintomas depressivos
	Uso de medicamentos psicotrópicos
	Hospitalização por desordem mental
Ocupacionais	Absenteísmo (falta de pontualidade e assiduidade no trabalho)
	Insatisfação no trabalho
	Presenteísmo (o trabalhador está presente em seu posto de trabalho contudo, é incapaz de realizar suas tarefas)

Quadro 2. Categorias de consequências e sintomas relacionadas ao Burnout

Fonte: Salvagioni et al. (2017) adaptado.

Ao analisar as falas dos professores, pode-se perceber padrões de sentimentos predominantes como o cansaço físico e mental devido as horas laborais e as posteriores atividades de trabalho que são levadas para casa, sendo consequências resultantes da questão social do mundo do trabalho e que justificam a inserção do assistente social neste espaço com o objetivo de receber essas demandas, traçando novos horizontes para redescobrir alternativas e possibilidades de intervenção no cenário atual.

3.2 O Trabalho Docente na Escola São Francisco de Assis

As entrevistas dos professores proporcionam uma visão abrangente das questões enfrentadas por eles em suas atividades diárias, incluindo dificuldades que podem contribuir para o estresse crônico e a sobrecarga de trabalho como fatores de risco para o desenvolvimento do Burnout.

Diante das dificuldades, podemos observar a existência de certos fatores: um desses é a escassez de materiais didáticos mencionados por Rico e Alice. Ela também ressalta sobre a pressão de sobrepôr materiais didáticos quando os alunos não têm acesso a recursos específicos. Fausto também relata: *“a dificuldade está relacionada a questão do livro, a proposta é fora da nossa realidade então a gente tenta pesquisar, a gente trás os conteúdos que tudo a ver com a realidade do aluno [...]”*.

As exigências por parte do poder público não condizem com as condições de trabalho proporcionadas aos docentes, pois a escassez de materiais didáticos reflete uma limitação imposta pelo sistema educacional, que

muitas vezes não fornece recursos adequados para o ensino. Isso pode gerar frustração e estresse para os professores, que precisam encontrar soluções alternativas para atender às necessidades de seus alunos.

Santos e Cardoso (2010), relatam que as condições inadequadas de trabalho, bem como a falta de recursos, materiais, pessoais e incentivos, contribuem para que o ambiente laboral seja um local estressante, tendo influência direta no serviço prestado pelo trabalhador.

O estudo de Souza et al. (2023) revela que professores enfrentam situações precárias tanto objetivas quanto subjetivas. As questões objetivas incluem a escassez de material didático, recursos audiovisuais inadequados, salas de aula mal projetadas e uma grande quantidade de alunos. Já os aspectos subjetivos abordam o assédio moral de alunos, pais e da instituição, falta de apoio, dificuldades na gestão de problemas em sala de aula e na conciliação entre trabalho, família e lazer. Esses fatores contribuem para a baixa autoestima e insatisfação entre os docentes.

Em relação a infraestrutura da escola, o professor Frank se pronunciou relatando: *"temos certas dificuldades ainda"*. Do mesmo modo, Márcia complementa:

"Na escola a gente não é autônomo, a autonomia é 30/70 os 30 é minha e 70 do sistema, então a gente vive interligado no sistema e por muitas vezes a gente tem que bater de frente, não é toda vez mais acontece (..) as vezes a rotina é pedir manutenção de ar-condicionado, disso e daquilo é algo que é muito chato. Como facilidade uma relação harmoniosa, gosto muito de criar estratégias para desenvolvimento dos alunos e as parcerias, são maravilhosas temos muitas" (Professora Márcia, 2023).

Diante das falas dos professores é certo afirmar que sua saúde mental pode ser afetada pelas condições de trabalho precárias e pela escassez de recursos, que são características do sistema capitalista. Uma vez que a escola quando é entregue ao município deve estar equipada e realizada manutenções em aparelhos de ar-condicionado e entre outros, pois, para dada realização necessita de autorizações da Secretaria de Educação, uma vez que, é uma obrigação enquanto secretaria para manter as escolas em condições necessárias para o conforto de alunos e professores na tentativa de conseguirem realizar seu trabalho, como consta nas obrigações da Semed (Parintins, 2019).

Lancillotti (2008) traz à tona a discussão de que o trabalho docente, como outras formas de trabalho, passou por transformações sucessivas e substanciais que se deram no sentido de subordiná-lo ao capital. Diante disso, cita-se o processo de “redemocratização”, na década de 1990. Para Silva (2022), essa subordinação/determinação da educação pela política neoliberal culminou na ausência de investimentos educacionais, o que precariza em diversos aspectos o trabalho do professor.

Outro assunto abordado pelos professores se resume aos desafios sociais relacionados às situações familiares e econômicas dos alunos, como o fato de alguns trabalharem para ajudar suas famílias, como ressaltado por Rico.

Silva (2022) em seu estudo relata que os professores são “afetados” por preocupar-se em entender os conflitos sociais em que os alunos estão submetidos, além, dos conflitos fisiológicos, em alguns contextos.

Pela dificuldade de algumas famílias e a proximidade que o professor desenvolve junto a alguns alunos, muitas vezes este acaba sendo eleito como confidente, arcando com a responsabilidade de problemas para os quais não teve formação para resolver e não tem suporte para solucionar. Assim sendo, conflitos oriundos dos estudantes refletem no educador, que muitas vezes não tem preparo ou apoio para prover uma solução, o que influencia fortemente para um desgaste mental.

Percebe-se que os professores desempenham um papel fundamental na vida dos alunos, não apenas como educadores, mas muitas vezes como apoiadores emocionais e mentores. O apoio e o compromisso familiar na formação de crianças e adolescentes e a parceria com a escola seria de suma importância, infelizmente é um déficit presente na realidade social de muitos alunos, pois a ausência da família na vida escolar dos filhos pode criar diversas situações que afetam o seu desempenho escolar.

Neste sentido, a contribuição do serviço social juntamente com a equipe interdisciplinar possibilitam uma visão ampla em torno dos processos sociais, para assim, o assistente social articular propostas e ações efetivas a partir do resgate da visão de integralidade humana e histórico-social.

Outros desafios incluem as mudanças tecnológicas e o desalinhamento com as Diretrizes Curriculares. O professor Rico destaca o desalinhamento

entre o que é prescrito nas Diretrizes Curriculares e a realidade da sala de aula, especialmente após a pandemia. Ele argumenta que os alunos *"passaram dois anos sem estudar por causa da pandemia e estão no sexto ano praticamente sem saber ler e sem conhecer o alfabeto"*.

Neste sentido, este desalinhamento prejudica o trabalho docente, e de acordo com estudos, esta é uma realidade que ocorre atualmente. Kuhfeld et al. (2022) menciona que a pandemia teve um impacto negativo significativo na aprendizagem dos alunos, deixando muitos alunos para trás em seu progresso acadêmico.

Alice, Fausto, Lindo e Maria mencionam a sobrecarga de trabalho devido a múltiplas funções, adaptação de conteúdos e demandas administrativas. Essa sobrecarga é uma questão amplamente discutida na literatura acadêmica e é corroborada por estudos como os de Borges (2010) e Kyung-Nyun (2019). Percebe-se que o trabalhador docente é sobrecarregado com diversas atividades burocráticas e administrativas, além das prescritas para sua função e seu trabalho docente passa a ser apenas a execução de determinadas atividades, sem reflexão (Borges 2010).

É importante trazer à tona a historicidade deste contexto. A discussão sobre as condições de trabalho dos professores está diretamente relacionada ao contexto neoliberal, que valoriza a eficiência e a produtividade no mercado educacional. Isso pode resultar na perda de autonomia e liberdade dos docentes, como apontado por Silva (2022), pois eles se veem pressionados a cumprir esses padrões, tornando-se alienados e sem tempo para reflexão e planejamento de suas práticas.

Para tanto, é importante notar que as dificuldades mencionadas pelos professores podem contribuir para o desenvolvimento da Síndrome de Burnout, especialmente quando os professores se sentem sobrecarregados e incapazes de lidar com as demandas do trabalho. Entretanto, esclarecemos que diante dos relatos até então observados, não especificamente revela, que eles sofrem com a síndrome.

As falas dos professores destacam como a interação com os alunos, especialmente os adolescentes e pré-adolescentes, pode ser intensa e drenar sua energia. Além disso, mencionam como os problemas familiares dos alunos

e a falta de educação por parte de alguns deles podem adicionar ainda mais estresse e cansaço à sua rotina.

Esses relatos ressaltam a complexidade do trabalho docente e a necessidade de lidar não apenas com o aspecto acadêmico, mas também com o emocional e comportamental dos alunos, o que pode contribuir para a exaustão dos professores. Portanto, deve ser enfatizado a importância de reconhecer e abordar as questões relacionadas à exaustão no ambiente educacional para garantir o bem-estar dos professores e, por consequência, a qualidade do ensino.

Rico menciona que problemas de comportamento de alguns alunos e situações desafiadoras na interação com eles podem deixá-lo triste. *"Às vezes vem problemas da família, problemas de alunos que são mal-educados, respondem às vezes para gente, isso deixa a gente triste"*, disse o professor.

Quando os professores lidam com problemas de comportamento de alguns alunos, como desrespeito, falta de educação ou até mesmo comportamento agressivo, isso pode evocar uma série de sentimentos negativos.

O sentimento de tristeza de Rico pode ser um sinal de exaustão emocional, que é um dos componentes do Burnout. A exaustão emocional é caracterizada por sentimentos de excesso emocional e esgotamento de recursos emocionais. Quando o professor a experimenta, ele pode se sentir sobrecarregado, exausto e incapaz de lidar com as demandas de seu trabalho. Isso pode levar a uma diminuição em sua motivação, satisfação no trabalho e bem-estar geral.

Segundo Rodrigues et al. (2017) e Loiola e Martins (2019), a exaustão emocional no ambiente profissional resulta do esgotamento emocional e físico, levando a um distanciamento emocional e cognitivo em relação ao trabalho e às atividades diárias. A despersonalização é uma reação imediata à exaustão, levando a uma tentativa de se distanciar de pacientes, colegas de trabalho e superiores. A falta de envolvimento no trabalho pode levar a sentimentos de incompetência, insatisfação, baixa produtividade, desmotivação e falta de realização profissional, levando eventualmente ao desejo de abandonar o emprego

No entanto, a realidade demonstrada em virtude das entrevistas não demonstra que estes professores se sentem insatisfeitos, desmotivados ou possuem baixa produtividade no trabalho. Entretanto, um caso particular chama a atenção, oriunda do relato da professora Márcia. Ela compartilha que teve que fazer tratamento e tomar remédios devido à síndrome do pensamento acelerado, insônia e à exposição a situações de violência intrafamiliar de alunos. A professora destaca: “*os problemas de alunos em situações de violência intrafamiliar começaram a me atingir*”. Isso sugere um impacto significativo em sua saúde mental.

O sentimento ou condição tanto física quanto mental de exaustão foi o aspecto mais identificado entre os professores.

Lindo e Rico mencionaram sentir exaustão mental e física em algumas situações. Eles descrevem que, após dias difíceis de trabalho, chegam cansados, tanto mentalmente quanto fisicamente, como pode ser observado nas falas dos professores:

“Bastante exausto, tem dias que a mente fica muito cansado, sabe. A mente, o corpo e assim, porque são adolescentes e pré-adolescentes e eles tem muita energia, e através dessa energia deles acabam sugando muito a nossa energia também” (Professor Lindo, 2023).

“Cara, geralmente tem semana que particularmente que é muito puxada, e geralmente sinto muita das vezes exaustão. Tem dias que particularmente na semana ou no início da semana a gente chega com a mente cansada, as vezes vem problemas da família, problemas de alunos que é mal-educado, respondem às vezes pra gente isso deixa a gente triste” (Professor Rico, 2023).

Em contrapartida, o professor Frank realiza atividades adicionais, como dinâmicas de grupo e passeios, para lidar com o desgaste causado pelo trabalho. “*Todo início de aula eu faço com eles dinâmicas com músicas cerca de 40 minutos, e todos os dias é essa mesma rotina*”.

De acordo com Codo e Batista (1999), esse desgaste emocional causado pelo estresse está relacionado à dificuldade de oferecer assistência individualizada e demonstrar investimento emocional aos alunos, devido à grande superlotação das salas de aula, à falta de recursos necessários para aprimorar a didática e os métodos de ensino, além do desafio de lidar com o sofrimento dos alunos, especialmente aqueles em situações de negligência familiar.

Observa-se, que o papel do docente atualmente não se limita somente ao ato de ministrar aulas com objetivo de transmissão de conteúdos e informações, afinal, isso é apenas um pequeno detalhe a ser considerado no contexto das ações realizadas por esse profissional. O trabalho docente amplia-se na medida em que as transformações acontecem no mundo e na sociedade do conhecimento, pois o mesmo contempla um vasto campo para ser utilizado na atuação da sua prática, como é o caso de realizarem atividades extras com alunos fora da escola o que nem sempre é percebido, levando em consideração como uma parte de seu trabalho a ser cumprido.

Durante a fala dos entrevistados observou-se que esse dinamismo de atividades se intensificou devido a hiper responsabilização atribuída recentemente nas transformações que a educação vem passando, afetando na sobrecarga do trabalho docente, pois muitos lecionam três ou mais disciplinas por turmas.

Por outro lado, as facilidades atenuam as fragilidades vivenciadas pelos educandos. Nelas destacam-se fatores em comum.

O primeiro se caracteriza pela boa relação com alunos. Todos destacam que ter um relacionamento positivo com os alunos pode ajudar a reduzir o estresse e proporcionar satisfação no trabalho e facilita o processo de ensino-aprendizagem.

“Como facilidade tenho uma relação muito boa com todos os profissionais, porque eu sou uma pessoa que eu não procuro me importar com o problema das pessoas, eu vivo o meu momento, eu vivo a minha disciplina. A vida pra mim são pontos maravilhosos que a gente não pode tá triste com a vida da gente [...]” (Professor Frank, 2023).

A relação entre professores e alunos na atividade docente é considerada o elemento fundamental dessa função e desempenha um papel crucial na satisfação e no estresse dos professores, bem como no processo de ensino-aprendizagem. Quando essa relação é positiva e satisfatória, pode proporcionar prazer no trabalho e facilitar o ensino. No entanto, a falta de reciprocidade nessa relação é apontada como um fator significativo no desenvolvimento do burnout, conforme mencionado por Cui (2022).

Demais facilidades apontadas pelos professores podem ser observadas no quadro 3, bem como como essas facilidades auxiliam esses profissionais em seu cotidiano de trabalho docente.

Os professores da Escola São Francisco de Assis destacaram facilidades além da boa relação com alunos e colegas, bem como, parcerias e colaborações positivas, flexibilidade, atitude positiva e resiliência. Essas facilidades são valiosas porque podem contribuir para um ambiente de trabalho mais saudável e eficaz.

Facilidades apontadas	O que pode ajudar
Boa relação com alunos e demais professores Parcerias e colaborações positivas com colegas de trabalho Flexibilidade Atitude positiva e resiliência	Isso pode aumentar a confiança do professor em suas habilidades e reduzir o estresse relacionado ao ensino Ajuda a enfrentar os desafios, pois elas podem ser fontes de apoio emocional e colaboração, o que pode ajudar a aliviar o estresse. Aplicação de práticas pedagógicas próprias Ajuda a manter o foco no ensino e no desenvolvimento dos alunos.

Quadro 3. Facilidades no trabalho docente em entrevista aos professores da Escola São Francisco de Assis

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Souto (2022) aponta que ainda que as políticas sociais tenham sido implantadas, promovendo uma melhor qualidade de vida à classe trabalhadora – mesmo com suas contradições e rebatimentos – as novas configurações do mundo do trabalho, bem como os espaços sócio-ocupacionais, tornaram-se espaços que propiciam cada vez mais o sofrimento/adoecimento psíquico dos(as) trabalhadores (as), levando em consideração também a existência de outros determinantes que culminam neste processo.

Entende-se que apesar das políticas sociais que buscam melhorar a qualidade de vida da classe trabalhadora, as novas configurações do mundo do trabalho e os espaços sócio-ocupacionais podem contribuir para o sofrimento e adoecimento psíquico dos trabalhadores. Isso destaca a importância de considerar não apenas as condições no ambiente de ensino, mas também as influências externas que podem afetar o bem-estar dos professores.

Além das condições de trabalho, existem outros determinantes que contribuem para o sofrimento e adoecimento psíquico dos trabalhadores. Esses determinantes podem incluir fatores sociais, econômicos, culturais e individuais que impactam a saúde mental dos profissionais.

Para Silva et al. (2020) essa precarização do trabalho do professor, coberto de muitas e novas atribuições tem prejudicado sua vida profissional, este, perdendo a identidade docente e agindo insatisfatoriamente nas áreas que não são de sua formação, passando a adquirir sentimento de não pertencimento de classe, e todo esse processo influência sobre a saúde do professor e a vida escolar do aluno.

Para isso, se torna importante o profissional de Serviço Social na área da Educação trabalha na identificação e na intervenção das refrações postas no ambiente escolar.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) apresentam no manual “Psicólogas (os) e Assistentes Sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei nº 13.935, de 2019”, orientações no âmbito dos estados e municípios, de forma integrada e qualificada. Nele, constam também as atribuições destes profissionais na educação que podem o auxiliar o educador.

Dentre suas atribuições, o assistente social nas redes de educação básica possibilita [...]. I - Subsidiar a elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias, a partir de conhecimentos de políticas sociais, bem como do exercício e da defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade [...] (Conselho Federal de Psicologia, 2019, p.37).

Portanto, estes profissionais devem estar inseridos nas suas devidas instancias munidos de políticas públicas a fim de assegurar o acesso aos direitos sociais da comunidade escolar, uma vez que seu exercício profissional é influenciado pela precarização das relações e condições de trabalho poderá diagnosticar os fatores sociais, econômico e culturais que corroboram para tal problemática social e posteriormente trabalhar métodos preventivos destes, com o intuito de evitar que tal problemática se repita seja com encaminhamentos, orientações, informações, projeto de cunho educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda pesquisa científica é desafiadora, apesar das dificuldades. Todavia, através do tema, foi possível realizar o estudo sobre as condições de trabalho, bem como seus efeitos sobre a saúde mental dos professores pertencentes ao quadro de docentes da Escola Municipal São Francisco de Assis, como forma de contribuição para a sociedade e meio científico.

Com isso, mostra-se, através de múltiplos exemplos da literatura que o mundo do trabalho com sua dinâmica adocece a classe dos trabalhadores devido as sobrecargas nas atividades laborais e horas exaustivas nas cargas de trabalho, precarização acrescida dessa flexibilidade fetichizada. Embora sejam vistos como avanços na sociedade nas políticas sociais, visando a melhoria da qualidade de vida da classe que vive do trabalho. As novas configurações contribuem para o adoecimento psíquico, como fatores que vão desde a desvalorização da classe trabalhadora ao salário precarizado.

Para tal, este estudo, com base em seus objetivos específicos elaborou um perfil dos professores atuantes na Escola São Francisco de Assis, onde foi possível conhecer os atores envolvidos. Por meio da investigação das demandas emocionais e psicológicas enfrentadas por eles, foi possível correlacionar com as condições de trabalho docente na escola e se estender ao foco central do estudo.

Entende-se com essa pesquisa, nos docentes alvos, apesar de amarem da sua profissão, não se encontram nas melhores condições de saúde mental devido as diversas problemáticas vivenciadas no seu dia a dia. O que preocupa esta pesquisadora, a uma futura relação com a Síndrome de Burnout.

Desta maneira, é importante trazer à tona as condições de trabalho dos professores relacionada ao sistema neoliberal, onde o professor como trabalhador não é valorizado, e sim a sua eficiência e a sua produtividade no mercado educacional.

Contudo, espera-se que este estudo possa contribuir para a literatura e posteriores pesquisas que envolvem a temática abordada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. P.; MARTINS, J. S. Burnout e os professores em meio a pandemia da Covid-19. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.9.n.08. ago. 2023.

ALMEIDA, N. L. T. de. A educação como direito social e a inserção dos assistentes sociais em estabelecimentos educacionais. In: **O Serviço Social e a Política Pública de Educação**. 2005. Disponível em: < <http://servicosocialuniesp.blogspot.com.br/2011/08/educacao-como-direito-social-einsercao.html>>. Acesso em: 27 set. 2023.

ALMEIDA, N. L. T. de; RODRIGUES, M. C. P. O campo da educação na formação profissional em Serviço Social. In: PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. T. de (Orgs). **Serviço Social e Educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 93-109, 2013.

ALVIM, C. C. E. et al. Relação entre processo de trabalho e adoecimento mental da equipe de enfermagem. **Revista Fluminense de Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 12-16, 2017.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**. 7 ed. São Paulo. Cortez, 2000.

ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.]

APPEL, N. M. **O assistente social inserido na saúde mental e suas intervenções**. In: VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. 2017. Disponível em: <http://oassistentesocialinseridonasaudementalasuasestrategiasdeintervencao.pdf> acesso: 02 out. 2023.

ARAUJO, M. J. P. de Andrade. **Síndrome de burnout: um estudo de caso com os professores da escola municipal maria José Borba**. (Dissertação) Mestrado em Educação. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2015. 86f.

ASSUNÇÃO, E. Q. de. FIALHO, L. M. F.; LIMA, G. R. O. Políticas Públicas, governo e sociedade. In: XAVIER, A. R.; TAVARES, R. S. de A.; FIALHO, L. M. F (Orgs.) **Administração pública: desafios contemporâneos**. 1. ed. Fortaleza: EdUECE, 2015.

BARBOSA, C. A. **Serviço social na educação: um estudo sobre atuação do assistente social no contexto educacional brasileiro-Campina Grande**, 2016. (Trabalho de conclusão de curso) Graduação em Serviço Social. Universidade Estadual da Paraíba, 2016. 34f.

BARBOSA, M. Q. **A demanda social pela educação e a inserção do serviço social na educação brasileira**. Campinas: Papel Social, 2015.

BATISTA, J. B. V.; CARLOTTO, M. S; COUTINHO, A. S; AUGUSTO, L. G. S. Prevalência da síndrome de Burnout e fatores sociodemográficos e laborais em professores de escolas municipais da cidade de Joao Pessoa, PB. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.13, n.3, p.502-512, 2010.

BATISTA, M. M. **Síndrome de burnout em professores na sala de aula** (Monografia) Graduação em Psicologia. UniCEUB – Centro Universitário de Brasília. Brasília-DF, 2008. 62 f.

BIROLIM, M. M.; MESAS, A. E.; GONZÁLEZ, A. D.; SANTOS, H. G. dos.; HADDAD, M. do C. F. L; ANDRADE, S. M. de. Trabalho de alta exigência entre professores: associações com fatores ocupacionais conforme o apoio social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.24, n.4, p.1255–1264, 2019.

BORGES, K. P. Alienação e identidade de classe dos trabalhadores docentes. **Inter-Ação**, Goiânia, v.35, n.1, p.81-99, 2010.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto do conselho de ministros Nº 994 de 15 de maio de 1962**. Regulamenta a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, que dispõe sobre o exercício da profissão de Assistente Social. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p.5326, 16 mai. 1962.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2014

BRASIL. **Lei nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 jul. 1993.

BRASIL. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dezembro de 1996. Disponível em: www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/600653. Acesso em: 5 jun. 2023.

CARDOSO, W.; SANTOS SILVA, M.; CARVALHO, A. V de., NERES, J.C. I.; NETO, I. P. F. Entre o ensino e a vocação: dificuldades enfrentadas pelos professores da rede estadual e municipal de Colmeia/TO. **Kiri-Kerê - Pesquisa em Ensino**, n.10, jun. 2021.

CARLOS, J. Professores de Parintins aderem à greve e exigem reajuste salarial de 25%. **Alvorada Parintins**. 12 mai. 2023. disponível em:

<https://alvoradaparintins.com.br/professores-de-parintins-aderem-a-greve-e-exigem-reajuste-salarial-de-25/>. Acesso em: 26 set. 2023.

CARLOTTO, M. S. Síndrome de Burnout em professores: prevalência e fatores associados. **Psicologia: Teoria E Pesquisa**, v.27, n.4, p.403–410, 2011.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço social na educação**. Brasília, DF: CFESS, 2001.

CFESS. Serviço social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do conjunto CFESS/CRESS. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, 1996.

CODO, W, SAMPAIO, J.: HIT AUS, A. Sofrimento psíquico nas organizações saúde mental e trabalho, Petrópolis, **Vozes**, 1995.

CODO, W.; BATISTA, A. S. A crise de identidade e sofrimento. In: CODO, W. (org.). **Educação: carinho e trabalho**. 2.ed. Vozes: Petrópolis-Rj, 1999.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CONAE. **Construindo o Sistema Nacional Articulado: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação**. Brasília, DF, 2010. 168 f.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). **Psicólogos(os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica**: orientações para regulamentação da Lei nº 13.935, de 2019.1. ed. Brasília: CFP, 2021. 50 p

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. GT de Educação. Brasília, 2012. 66f.

CUI L. O Papel das Relações Professor-Aluno na Predição do Bem-Estar Ocupacional, Exaustão Emocional e Entusiasmo de Professores. **Fronteiras da psicologia**, v,13, 896813. 2022.

CURY, B.P.; SANTOS, D.L.; PACHECO, F.D.; FERNANDES, J.M.; CHAVES, L.P. O impacto da síndrome de Burnout na tropa da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). **Revista Científica da Escola Superior de Polícia Militar-ESPM**, Rio de Janeiro, Vol. 1, n. 3, p. 109-130, abr.2022.

DIAS, J. S. **O trabalho, suas metamorfoses e o serviço social no cenário de luta e resistência**. In: Seminário Cetros, 14, 2018. Anais eletrônicos, Itaperi, 2018.

DIEHL, L; MARIN, A. H. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática na literatura. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 7, n. 2, p. 64-85, dez, 2016.

DYE, T. D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.

FACHIN, J. Mediação da informação na sociedade do conhecimento. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 27, n. 1, p. 25-42, 2013.

FERREIRA, S.I. **O exercício profissional do/a assistente social na política de educação: desafios e possibilidades na educação profissional e tecnológica**. In: Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Vitória - ES, 2018.

FERREIRA, V.M. Motivação e autoestima profissional: uma análise feita com professores da educação básica da rede pública de Garanhuns, **Revista Educação e (Trans)formação**, Garanhuns, v. 05, n. 02, dez. 2020.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

GIL, A. C: **Métodos e técnicas de pesquisa social**.6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL-MONTE, P. R. **El síndrome de quemarse por el trabajo (burnout)**. Una enfermedad laboral en la sociedad del bienestar. Madrid: Pirámide, 2005.

GIL-MONTE, P. R.; PEIRÓ, J. M.; VALCÁRCEL, P. A model of burnout process development: An alternative from appraisal models of stress. **Comportamento Organizacional e Gestão**, v.4, n.1, p.165-179, 1998.

GIUSTO, S. M.; RIBEIRO, V. M. Implementação de Políticas Públicas: conceito e principais fatores intervenientes. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 4, p. 1-10, 2019.

GONÇALVES, A. F. de S. **Serviço Social e Precarização do Trabalho: Uma Análise sobre o Adoecimento de Funcionários da Rede Municipal de Educação**. Campos dos Goytacazes (Trabalho de Conclusão de Curso). Bacharel em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense, RJ, 2018. 46f.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

HYPOLITO, A. M. Trabalho docente na educação básica no Brasil: as condições de trabalho. In: OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L.F. (orgs). **Trabalho na**

educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Editora Cortez, 1998. p. 17-81.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

JANNUZZI, P. de M. Sobre o conceito de políticas públicas. **Nexo Políticas Públicas**, São Paulo, v.1, n. 3, 2022.

KUENZER, A.Z. As políticas de formação: a construção de identidade do professor sobrando. **Educação e Sociedade.** Campinas, ano XX, n.68, dez 1999. p.163-183.

KUHFELD, M.; SOLAND, J.; LEWIS, K.; MORTON, E. The pandemic has had devastating impacts on learning. What will it take to help students catch up? **Brookings.** 3 mar. 2022. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/the-pandemic-has-had-devastating-impacts-on-learning-what-will-it-take-to-help-students-catch-up/>. Acesso em: 2 out. 2023.

KYUNG-NYUN K. Teachers' administrative workload crowding out instructional activities. **Asia Pacific Journal of Education**, v.39, n.1, p.31-49, 2019.

LEITE, M. B.; SANTOS, J. L. **TRABALHO:** atividade vital, exploração e alienação - uma análise à luz da teoria marxista. IN: VI jornada internacional de políticas públicas. 20-23 de agosto de 2013. São Luiz, Maranhão, 2013.

LESSA, S. Para compreender a ontologia de Lukács. **Revista e ampliada espaço acadêmico**, Ed. Unijuí, 3ª ed., n.77. RS, 2007.

LIMA, D. R.; NUNES, G. **Serviço social na educação: desafios e possibilidades da inserção profissional na política de educação.** (Trabalho de Conclusão de Curso). Bacharel em Serviço Social. Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF, Santa Maria, RS, 2018. 21f.

LOIOLA, E.; MARTINS, M. D. C. Autoeficácia no trabalho e síndrome de burnout em profissionais de enfermagem. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v.20, n.3, p.813-823, 2019.

LOPES, A. G. N. **Prevalência da síndrome burnout nos professores das escolas do campo de um município de pequeno porte no norte do Paraná.** (Trabalho de Conclusão de Curso) Bacharelado em Enfermagem. Faculdade de Apucarana – FAP, Apucarana, 2021. 24f.

LYRA, J. H. G. Síndrome de Burnout: esgotamento profissional, estresse, sintomas e o caminho para a liberdade docente. **Revista Científica Semana Acadêmica.** Fortaleza, ano MMXV, Nº. 000073, set. 2015.

MANZINI, E.J. Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos, 2, 2004, Bauru. **A pesquisa qualitativa em debate.** Anais... Bauru: USC, 2004.

MARTINELLI, M.L. **Uso de abordagens qualitativas um instigante desafio.** São Paulo: veras editora, 1999. 143p.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **A produção acadêmica sobre trabalho social com famílias.** Florianópolis, 2015, mimeo

MARX, K. **O capital.** São Paulo: Nova cultura Ltda., 1985.

MASLACH, C.; LEITER, M. P. **The truth about burnout: How organization cause personal stress and what to do about it.** San Francisco: Jossey-Bass. 1997.

MASTRODI, J.; IFANGER, F. C. Sobre o conceito de políticas públicas. **Revista de Direito Brasileira,** Florianópolis, SC v. 24, n. 9, p.05-18, set-dez, 2019.

MEAD, L. M. "Public Policy: Vision, Potential, Limits", **Policy Currents,** p.1-4. Fev. 1995.

MEIRA, T. R. M; CARDOSO, J. P; VILELA, A. B. A; AMORIM, C. R; ROCHA, S. V; ANDRADE, A. N; FREIRE, D. S. Percepções de professores sobre trabalho docente e repercussões sobre sua saúde. **Revista Brasileira Em Promoção Da Saúde,** 27(2), 276–282, 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Doenças relacionadas ao trabalho:** manual de procedimentos para os serviços de saúde. In: Série A Normas e Manuais Técnicos (Vol. 114). 2001.

MORAES, J. A.; MARTINS, K. S. B. **Experiencia docente na pandemia: as vozes dos professores no contexto de Parintins (Am).** In: VII congresso nacional de educação, 2020.

NASCIMENTO, E. A.; SANTOS, G.D.; CRUVINEL, S.P.; SILVA, J.M. Políticas públicas educacionais: educação básica e de qualidade. **Revista Ibero-**

Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.9.n.07. jul. 2023.

NETTO, Jose Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** Expressão Popular, 1 ed. São Paulo: 2011.64p.

NUNES, A. S. Políticas Públicas. **Enciclopédia Jurídica da Puc-SP**, São Paulo, v.1, n.2, 2020.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do Trabalho Docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, vol 25, n.89, p.1127-1144, set-dez. 2004.

OLIVEIRA, R. de. **Síndrome de Burnout em Professores.** (Trabalho de Conclusão de Curso). Licenciatura em Pedagogia. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016. 46 f.

OVERRATH, F.; CRIVELARO, L. A. Valorização dos educadores: debate e contexto. **Revista Educação.** 14 jan. 2022. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2022/01/14/valorizacao-professores/>. Acesso em: 1 out. 2023.

PARINTINS. **Lei nº 615 de 01 de julho de 2015.** Aprova o plano municipal de educação dá outras providencias. Gabinete do Prefeito Municipal de Parintins, 24 jun. 2015. Disponível em: <https://files.parintins.am.gov.br/legislacao/105.pdf>. Acesso em: 12 set. 2023.

PARINTINS. **Secretaria Municipal de Educação-SEMED.** 25 mar. 2019. Disponível em: <https://parintins.am.gov.br/?q=277-conteudo-101680-secretaria-municipal-de-educacao-semed>. Acesso em: 1 out. 2023.

PEREIRA, A. M. T. B. Elaboração e validação do ISB: inventário para avaliação da síndrome de burnout. **Bol. psicol**, São Paulo, v. 65, n. 142, p. 59-71, jan. 2015.

PEREIRA, L. A dos santos: **Os desafios enfrentados pelos professores na atualidade.** (Monografia) Universidade Estadual da Paraíba. Paraíba, 2014. 65 f.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233p.

PILETTI, N. **Sociologia da educação.** São Paulo, Ática, 1991.

PINO, I. R. Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. In: OLIVEIRA, D.A.;

DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente.** Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

PIRES, M. F. de C. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.1, n.1, p.83–94. 1997.

PRATA, D. F. História da educação no Brasil: da nova república aos dias atuais. **Prezi**. 15 dez. 2013. Disponível: <https://prezi.com/31z5u2kznd4s/historia-da-educacao-no-brasil/2013>> Acesso em: 26 set. 2023.

REIS, M. I. A dos. **O adoecimento dos trabalhadores docentes na rede pública de ensino de Belém-Pará**. (Tese) Doutorado em Educação. Universidade Federal do Pará. Belém, 2014. 216f.

REUDENBERGER, H. J. Staff burnout. **Journal of Social Issues**, New York, n. 30, p. 159 - 165, 1974.

RODRIGUES, C. C. F. M.; SANTOS, V. E. P.; SOUSA, P. Segurança do paciente e enfermagem: interface com estresse e síndrome de Burnout. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.70, p.1083-1088, 2017.

ROSSA, A. **Serviço Social na educação**. (Trabalho de Conclusão de Curso) Bacharel em Serviço Social. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2011. 85 f.

SALVAGIONI, D. A. J.; MELANDA, F. N.; MESAS, A. E.; GONZÁLEZ, A. D.;

GABANI, F. L.; ANDRADE, S. M. de. Physical, psychological and occupational consequences of job burnout: A systematic review of prospective studies. **Plos One**, v.12, n.10, e018578, 2017.

SANTOS, A. F.; CARDOSO, C. L. Profissionais de saúde mental: estresse e estressores ocupacionais stress e estressores ocupacionais em saúde mental. **Psicologia em estudo**, v,15, n.2, p.245-253, abr-jun., 2010.

SCHLINDWEIN, L. M; TRINDADE, P. dos S; LEAL, G. K. S. G. K. Infância e pandemia: conhecimento nas ondas do rádio em Parintins/AM. **Linhas Críticas**, 26, e33999, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/33999>. Acesso em: 12 set. 2023.

SILVA, G. A. **Síndrome de burnout em professores**. (Trabalho de conclusão de curso) Graduação em Pedagogia. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande-Paraíba, 2019. 27f.

SILVA, M. S; FREITAS, P. A. L. M; KITAGAWA, A. A. V. Adoecimento e desvalorização das atividades docentes. **Universidade e Sociedade (Brasília)**, v. 1, p. 102-113, 2018.

SILVA. S. H.; CANTO. D. G. **Serviço social e educação em Parintins: por uma prática interventiva e promotora de direitos**. In: Seminário nacional de serviço social: trabalho e política social. Florianópolis-SC, 27-29 out. 2015. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180862/Eixo_3_273.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 27 set. 2023.

SOUSA, M. A. **Educação de jovens e adultos**. Curitiba: IBPEX, 2007.

SOUTO, L. da S. **As relações de trabalho na contemporaneidade capitalista como determinação social da Síndrome de Burnout**: um relato da experiência de estágio obrigatório em Serviço Social na Diretoria de Qualidade de Vida, Saúde e Segurança no Trabalho - DAS/UFRN. (Monografia). Bacharel em Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, 2022. 102f.

SOUZA M. C. L de; CARBALLO F. P.; LUCCA, S. R de. Fatores psicossociais e síndrome de burnout em professores da educação básica. **Psicol Esc Educ** [Internet], v.27, e235165. 2023.

SOUZA, I. L. **Serviço Social na educação: saberes e competências necessárias no fazer profissional**. (Tese) Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008. 238f.

SOUZA, M.Q. **O trabalho docente o adoecimento do professor e a desistência da profissão: à docência entre limites e possibilidades** (Monografia). Licenciatura em Pedagogia. Universidade Católica de Goiás. Goiânia - Goiás, 2020. 31f.

TRIGO, T. R., TENG, C.T, HALLAK, J. E. C. Síndrome de Burnout ou estafa profissional e os transtornos psiquiátricos. **Archives of Clinical Psychiatry** (São Paulo) [online]. 2007, v. 34, n. 5. p. 223-233, dez. 2007.

VIEIRA, M. A. L. M. C. Políticas públicas educacionais pandemias. **Revasf**, Petrolina-Pernambuco-Brasil, vol.11, n.25, p.340-362, ago. 2021.

WEIL. A. G. DIÓGENES, A. M. R.; SCHWEICKARDT, K. H. S. C. Dimensões da precarização do trabalho docente em Parintins/Am. **Revista amazônica de ensino e ciências - ARETÉ**, v.10, n.21. p.199-207, 2017.

APÊNDICE I

Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências Sociais Educação e Zootecnia
Curso: Serviço Social
Discente: Judite C. Queiroz
Orientadora: Professora Ms: Keuryanne Guerreiro dos Reis

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Você gosta de ser professor (a)?
2. Como é a sua relação com o corpo docente, administrativo e pedagógico?
3. O cotidiano escolar impacta na sua vida pessoal, extraescolar?
4. Quais as dificuldades que você encontra por ser professor?
5. Como você acha que seus alunos lhe veem?
6. O que dificulta o seu trabalho em sala de aula?
7. Você realiza atividades extra administrativas na escola?
8. Você se sente exausto (a) com as atividades escolar? E o que leva a esse cansaço?
9. No meio de sua rotina de trabalho, você tem tempo para praticas exercícios físicos, dança ou outra modalidade de distração?
10. Você já conhecia ou já tinha ouvido falar sobre a síndrome de Burnout?